

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

KEILA REGINA DA SILVA

EVASÃO ESCOLAR E ATO INFRACIONAL: UM DESAFIO
PARA O SERVIÇO SOCIAL?

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL

DEFENDIDO E APROVADO

EM: 16/08/06

Florianópolis – SC
2006.1


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

KEILA REGINA DA SILVA

EVASÃO ESCOLAR E ATO INFRACIONAL: UM DESAFIO
PARA O SERVIÇO SOCIAL?

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico,
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Manoela Valença

Florianópolis – SC
2006.1

EVASÃO ESCOLAR E ATO INFRACIONAL: UM DESAFIO PARA O SERVIÇO SOCIAL?

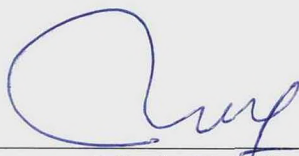
Por

KEILA REGINA DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para obtenção do título de grau de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, pela Banca Examinadora formada por:



Presidente: Prof.^a Doutora Maria Manoela Valença – Orientadora, UFSC.



Membro: Prof.^a Doutora Maria Del Carmen Cortizo – UFSC.



Membro: Ms. Maria Aparecida Maistro, Assistente Social.

Florianópolis, Agosto de 2006.

Aos meus pais, Glória e Sebastião,
presença significativa e constante na
minha vida;

Às minhas “avós Marias” que não
conheceram o ler e o escrever;

A minha irmã Kátia, e aos meus irmãos
Alessandro e Evandro que com suas
particularidades influenciaram-me na
opção pela área humana;

À minha sobrinha Isabella, vida e
alegria estampada no rosto e no
coração;

Ao meu namorado William, sinônimo de
amor e de companheirismo.

Agradecimentos

Gostaria de em mais uma etapa da minha vida, agradecer a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, mesmo não as citando neste momento, sintam-se lembradas. Para tanto, deixo de forma igual e com suas particularidades, alguns agradecimentos especiais:

- À orientadora e Prof^a. Dr^a Maria Manoela Valença, pela dimensão e exemplo de profissionalismo, pela colaboração crítica nas análises da pesquisa e na escrita do texto, fatos estes importantes para a elaboração desse trabalho!
- Aos adolescentes do Projeto Aroeira Consórcio Social da Juventude realizado na unidade de ensino onde desenvolvi o meu estágio curricular obrigatório, meus primeiros usuários, os quais pude compartilhar experiências de vida e cotidianas enriquecedoras e jamais esquecidas!
- À assistente social Micheli Klauberg Faustino, a qual aprendi e troquei experiências, muitas até então nunca vividas!
- À Wania, educadora e amiga, pessoa que me mostrou que é possível realizar a mudança/transformação através do respeito à diversidade, e da relação do toque, do olho no olho... minha grande admiração por você!
- À Prof^a. Dr^a Maria Del Carmen Cortizo pela disponibilidade e por gentilmente ter aceitado em compor minha banca de avaliação!
- À Ms. e assistente social Maria Aparecida Maistro, a qual tive meu primeiro contato durante a graduação, com a área da educação, despertando de algum modo em mim a possibilidade de se pensar o serviço social e a educação juntos; e também por ter aceitado em compor minha banca de avaliação!

- Ao Programa de Educação Tutorial do Serviço Social (PET/SS) da UFSC, pelos três anos e meio na complementação da minha formação acadêmica, fato este considerado para mim um diferencial durante a graduação; e a todos os colegas e bolsistas que ali convivi e aprendi!
- Ao meu namorado William, pela disponibilidade constante, opinando nos detalhes estruturais imprescindíveis para a finalização deste trabalho!
- Ao meu irmão Evandro, pelo olhar sensível nos contornos e na essência da realidade! Por ter me mostrado a realizar também uma leitura crítica sobre o aparente, e pelo compromisso que possui com o que é público!

O que aprendeu hoje na escola?



Book (1991 apud Claudius Ceccon et alii. A vida na escola e a escola da vida. Petrópolis, Vozes, 1986. p. 66-7.)

I

Que aprendeu hoje na escola, querido
filhinho meu?

Que aprendeu hoje na escola, querido
filhinho meu?

Aprendi que Washington nunca mentiu,
Aprendi que um soldado quase nunca
morre,

Aprendi que todo mundo é livre,

Foi isso que o mestre me ensinou,
E foi o que eu aprendi hoje na escola, foi
o que na escola eu aprendi.

II

Que aprendeu hoje na escola, querido
filhinho meu?

Que aprendeu hoje na escola, querido
filhinho meu?

Aprendi que o policial é meu amigo,

Aprendi que a justiça nunca morre,

Aprendi que o assassino tem o seu
castigo,

Mesmo que a gente se equivoque às
vezes,

E foi o que eu aprendi hoje na escola, foi
o que na escola eu aprendi.

III

Que aprendeu hoje na escola, querido
filhinho meu?

Que aprendeu hoje na escola, querido
filhinho meu?

Aprendi que o nosso governo deve ser
forte,

Que está sempre certo e nunca erra,

Que os nossos chefes são os melhores do
mundo

E que os elegemos uma e outra vez,

E foi o que eu aprendi hoje na escola, foi
o que na escola eu aprendi.

IV

Que aprendeu hoje na escola, querido
filhinho meu?

Que aprendeu hoje na escola, querido
filhinho meu?

Aprendi que a guerra não é tão ruim
assim,

Aprendi sobre as grandes em que
entramos,

Que lutamos na França e na Alemanha

E que talvez eu tenha a minha chance,

E foi o que eu aprendi hoje na escola,

Foi o que na escola eu aprendi.

Book (1991 apud Neil Postman. Charles Weingartner.
Contestação – nova fórmula de ensino. Trad. Álvaro Cabral.
Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1971, p. 11-12.)

HEY JOE

Artista: O Rappa – Composição: Falcao.

Fonte: www.lettras.terra.com.br

Hey Joe, onde é que você vai com essa arma aí na mão
Hey Joe, esse não é o atalho pra sair dessa condição
Dorme com tiro acorda ligado, tiro que tiro trik-trak boom para todo lado
Meu irmão é só desse jeito consegui impor a minha moral
Eu sei que sou caçado e visto sempre como um animal
Sirene ligada, os homi chegando, trik-trak boom boom, mas eu vou me mandando
Hey Joe... assim você não curte o brilho intenso da manhã
Acorda com tiro, dorme com tiro
Hey Joe, o que o teu filho vai pensar quando a fumaça baixar
Fumaça do fumo, fogo de revólver, e é assim que eu faço, eu faço a minha história
Meu irmão, aqui estou por causa dele
Eu vou te dizer, talvez eu não tenha vida, mas é assim que vai ser
Armamento pesado, o corpo é fechado, eu quero mais ver, mas mas vai ser difícil me deter
Hey Joe, muitos castelos já caíram e você tá na mira
Também morre quem atira, boom boom boom
Tam tam tam também morre quem atira
Menos de 5% dos caras do local, são dedicados a alguma atividade marginal
E impressionam quando aparecem no jornal
Tapando a cara com trapos, com uma “USI” na mão
Parecendo farrapos, farrapos, farrapos do caos
Sinto muito “CUMPADI” mas é burrice pensar
Que esses caras é que são os donos da biografia
Já que a grande maioria daria um livro por dia
Sobre arte, honestidade e sacrifício, sacrifício....
Também morre quem atira, uuu
Boom boom boom boom boom, é!
Também morre quem atira, Joe!

Deu pro cara se ligar na missão, Joe

Resumo

Este trabalho tem como tema identificar a relação entre a evasão escolar e o ato infracional. Para tanto, o estudo buscou compreender que, a problemática da evasão escolar e da prática do ato infracional devem ser analisadas como sendo resultantes de um contexto complexo e dinâmico, o qual tem como base o sistema capitalista. Assim, o trabalho tem como objetivo geral identificar a relação entre a evasão escolar e o envolvimento com a prática do ato infracional, dos adolescentes participantes do PACSJ, realizado em uma unidade de ensino, de um município da Grande Florianópolis. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e a campo. Os dados encontrados apontam que direitos regulamentados são também direitos não efetivados. Relacionam-se com o agravamento da problemática da pobreza, o aumento da exclusão social, ausência do trabalho formal, mudanças de valores. Neste contexto, as políticas sociais, em especial as educacionais, não são eficazes para inserir e manter essa população na escola, como uma alternativa para o não envolvimento com o ato infracional.

Palavras chaves: Evasão Escolar, Ato Infracional, Educação.

Lista de Siglas

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NECAD	Núcleo de Estudos da Criança, do Adolescente e da Família
PACSJ	Projeto Aroeira Consórcio Social da Juventude
PLIAT	Plantão Interinstitucional de Atendimento ao Adolescente Infrator
PNEPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1	
Procedimentos Metodológicos	16
Capítulo 2	
Educação Escolar: Um Espaço de Emancipação do Sujeito	25
Capítulo 3	
Os Adolescentes Participantes do PACSJ em Situação de Evasão Escolar	35
Capítulo 4	
A Relação entre a Evasão Escolar e o Ato Infracional	58
Considerações Finais	72
Referências	76
Apêndices	79

Introdução

O trabalho de conclusão de curso proporcionou a pesquisadora um novo olhar sobre o objeto em estudo, ampliando a perspectiva enquanto futura profissional. Conforme prevê o Código de Ética da Profissão, as pesquisas habilitam o profissional do Serviço Social a enfrentar os novos desafios que a realidade apresenta, pois o capacita a uma leitura crítica e coerente, “promovendo o enriquecimento do exercício profissional”.

Este estudo tem como objetivo geral identificar a relação entre a evasão escolar e o envolvimento com a prática do ato infracional, dos adolescentes participantes do Projeto Aroeira Consórcio Social da Juventude (PACSJ), realizado em uma unidade de ensino, de um município da Grande Florianópolis. Para isso, buscou-se contextualizar e inserir o objeto de estudo como parte integrante da atual conjuntura político, econômica e social do país.

Durante o primeiro momento (período de estágio curricular obrigatório) de aproximação com os sujeitos da pesquisa, pode-se constatar que havia alguns adolescentes, os quais tinham estado em conflito com a lei, que não quiseram comentar sobre o envolvimento com a prática do ato infracional. Com isso, em um segundo momento (realização desta pesquisa), a pesquisadora questionou-se sobre como estar abordando esses adolescentes, durante a aplicação do formulário, para falarem ou não sobre o envolvimento com a prática do ato infracional, já que o objeto de estudo era relacionar a evasão escolar com o ato infracional?

Diante disso, a problematização da pesquisa passou a ser analisada sob a dimensão que, há múltiplos fatores que influenciam a evasão escolar, sendo um deles o envolvimento com a prática do ato infracional. Porém, este fator é aqui considerado como consequência de diversos fatores anteriormente decorrentes a ele, não o sendo somente observado como uma causa (o ato infracional), o que o aparenta ser em uma primeira leitura realizada sobre o objeto em estudo.

Para a pesquisadora então há inúmeros fatores que contribuem para a questão da evasão escolar, ressaltando a atenção sobre a prática do ato infracional, por constituir-se em uma realidade autodestrutiva, enfatizada neste momento pela atividade do tráfico, por se tratar da realidade vivida pela maioria dos adolescentes pesquisados. Em virtude deste contexto,

questiona-se até que ponto o fator econômico e o poder da visibilidade ganham força nessa realidade?

Tanto a dinâmica da atividade do tráfico (trabalhar à noite, de madrugada, viver escondido) quanto ao que se lucra em seu sentido financeiro, pode causar o desinteresse pela escola. Muitas pessoas relacionam (inclusive os sujeitos pesquisados) os estudos somente com a questão econômica, para conseguir um bom emprego, e não para uma aprendizagem e desenvolvimento pessoal, tornando-se a escola não atrativa para essa pessoa, já que existem “outras formas” mais rápidas e concretas para se obter o tão almejado poder econômico.

Dentro disso, é importante considerar que, há unidades de ensino que não proporcionam motivação ao aluno por meio de suas qualidades, potencialidades e interesses, e acabam dando uma maior ênfase para a preparação ao mercado de trabalho, visando à disputa, o lucro, o individualismo e não a pessoa enquanto sujeito, sua cultura, sua história.

O trabalho realizado partiu da experiência de estágio curricular obrigatório, realizado no segundo semestre de 2005, com um grupo de 30 adolescentes, em um programa do governo Federal, concretizado em uma unidade de ensino, a qual se encontra inserida em uma comunidade de baixa renda. Estes adolescentes, na faixa etária dos 16 aos 19 anos, participavam do programa com o intuito de se “preparar” para o mercado de trabalho, e posteriormente conseguirem um emprego.

Junto a este grupo, oito adolescentes encontravam-se não estudando na época, sendo os distintos motivos: espera do ano letivo 2006 para o ingresso ao primeiro ano do Ensino Médio regular, pois haviam concluído no primeiro semestre de 2005, a oitava série da EJA do Ensino Fundamental; ameaças de gangue; consumo de drogas; roubos; desestímulo de professores na sala de aula; baixo rendimento escolar; envolvimento com o tráfico.

Assim, após aproximações realizadas com esses adolescentes que não estavam estudando, por meio de entrevistas individuais e visitas domiciliares, a pesquisadora constatou que para a maioria deles, a prática do ato infracional se fazia presente como um dos fatores a influenciar, tanto direto quanto indiretamente, a situação da evasão escolar.

As bibliografias selecionadas para o desenvolvimento do trabalho estão de acordo com as categorias, como: educação, família, ato infracional, direitos humanos, ética. Houve também para a coleta dos dados, a realização de pesquisas documentais, e de pesquisa a campo sob o desenvolvimento de entrevistas e aplicações de formulários com questões abertas, baseadas na metodologia quantitativa e qualitativa. Assim, o referido trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro em relação à metodologia

abordada durante o processo de pesquisa, como o motivo da seleção dos sujeitos pesquisados e algumas observações realizadas durante a aplicação do formulário com os entrevistados.

No segundo capítulo é apresentada teoricamente a educação escolar como um espaço de valorização e construção do sujeito enquanto humano, histórico e social. Há também registros sobre o número de matrículas nas escolas, em relação aos anos de 1996 e de 2005, para todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

O terceiro capítulo traz aspectos teóricos, como uma forma de dialogar com os adolescentes pesquisados, apontando sobre a desigualdade econômica e social do país, decorrendo as expressões da pobreza, do desemprego e da violência. Contextualiza-se a não efetivação cotidiana, dos direitos garantidos constitucionalmente de toda a população brasileira, em particular do adolescente, como uma forma de violência. Em contrapartida, a prática do ato infracional por adolescentes, sendo considerada como uma forma de manifestar a violência sofrida e logo de se sentirem sujeitos. Os aspectos como a família, a escola, e outros contextos sociais vivenciados pelos adolescentes são abordados como reprodutores também da violência. Ao final há uma caracterização dos oito adolescentes, que se encontravam em situação de evasão escolar, utilizando-se dos seus próprios depoimentos.

No quarto capítulo e último, ocorre à apresentação e análise da pesquisa, a qual procurou verificar a relação da evasão escolar com o envolvimento da prática do ato infracional por adolescentes. Neste momento, encontra-se como base para a referida análise, as percepções dos sujeitos pesquisados como os adolescentes em situação de evasão escolar, e os profissionais da educação, destacando a assistente social, a professora do Ensino Fundamental e a supervisora pedagógica.

Nas considerações finais procura-se realizar algumas breves reflexões entre a relação da evasão escolar e o envolvimento dos adolescentes com a prática do ato infracional, ressaltando que o tema trata-se de um assunto complexo e dinâmico, em virtude dos diversos fatores que influenciam para a sua análise, e por isso, sendo necessários extensos e esmiuçados estudos referentes ao tema abordado e seus aspectos relacionados.



Capítulo 1

Procedimentos Metodológicos

Nos últimos tempos, a violência tem se propagado na sociedade brasileira de forma alarmante, generalizando insegurança e medo, como também proporcionando sérios alastres a economia do país. Segundo Soares (2004, p. 131) há registros os quais apontam, que no Brasil morrem assassinados por ano, cerca de 45 mil pessoas, decorrentes do “[...] drama da desestruturação¹ familiar, do desemprego, da degradação da auto-estima, da falta de acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. [...]”.

O autor ainda comenta que este grave problema afeta, sobretudo, a população jovem, negra, do sexo masculino, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, acarretando em um déficit de jovens do sexo masculino na demografia do país. Este fato é associado a meninos e a jovens que na ausência de “perspectiva e esperança”, envolvem-se com o mundo do crime, “[...] matam seus irmãos, condenando-se, também eles, a uma provável morte violenta e precoce, no círculo vicioso da tragédia” (SOARES, 2004, p. 131).

Nas grandes cidades e regiões metropolitanas, o tráfico de drogas e armas tornou-se uma atividade ilegal que mais tem se expandindo em números e modalidades, caracterizando-se como um modo de vida cultural e um meio de vida econômico “lamentavelmente promissor”, como menciona Soares (2004, p. 132).

A presente pesquisa possui como tema à relação entre a evasão escolar com o ato infracional dos adolescentes participantes do PACSJ, realizado em uma unidade de ensino² da Grande Florianópolis.

Diante disso, o interesse pela questão surgiu durante o período de estágio curricular obrigatório, realizado no segundo semestre do ano de 2005, em que a pesquisadora desenvolveu o projeto de intervenção, na unidade de ensino anteriormente referida, localizada em um bairro de baixa renda. Neste espaço institucional, a pesquisadora atuou em um dos PACSJ, referente ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNEPE).

¹ O referido termo é bastante questionado pelo Serviço Social, por se entender que há diversos arranjos familiares existentes na sociedade, não havendo um modelo único de família, logo impossibilitando a utilização do termo desestruturação familiar.

² O nome da unidade de ensino não será identificado durante este trabalho, em virtude de se manter o sigilo dos adolescentes e dos profissionais da pesquisa.

O referido programa trata da integração de uma política pública de emprego e renda a uma política de investimentos públicos e privados. O objetivo do PNEPE é contribuir para a geração de oportunidades de trabalho para a juventude brasileira, mobilizando o governo e a sociedade para a construção conjunta de uma política nacional de trabalho digno para a juventude (<http://www.mte.gov.br/FuturoTrabalhador/PrimeiroEmprego/>).

Assim, os Consórcios Sociais da Juventude, refere-se a uma forma de atuação do mencionado Programa, o qual “[...] visa atuar diretamente com o público jovem, através de atividades que contemplem a elevação do nível de escolaridade, e qualificação profissional” (Projeto Aroeira Consórcio Social da Juventude Florianópolis e Região Metropolitana, 2005, p. 02).

O interesse do trabalho em conjunto ao público jovem, no período de estágio curricular obrigatório, deu-se principalmente pela realidade e contexto excludente que se encontra, já que essa população também está inserida no baixo nível de concentração de renda do país.

A proposta de ação do estágio teve como objetivo geral “acompanhar os adolescentes do Projeto Aroeira Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis (PACJSJ), realizado em uma unidade de ensino, utilizando-se dos recursos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social” (SILVA, K., 2005, p. 22)³.

Assim, a pesquisadora acompanhou trinta adolescentes realizando atividades nos diversos aspectos como, entrevistas para posterior inscrição no Projeto, já que os adolescentes teriam que ser selecionados, pois o Programa estabelecia um público alvo⁴; encaminhamentos para a aquisição de documentos básicos, participação e realização de oficinas (SILVA, K., 2006, p. 28-38)⁵.

Através das fichas de inscrições dos adolescentes no Programa, pode-se perceber que 27% do total dos mesmos encontravam-se não estudando no momento. Devido a isso, a pesquisadora em conjunto com a assistente social da unidade de ensino, procuraram realizar encaminhamentos para o retorno aos estudos, através de entrevistas individuais com os adolescentes, e de visitas domiciliares às famílias.

³ O tema do Plano de estágio curricular obrigatório não constará com o seu nome original, devido ao sigilo com os adolescentes e os profissionais da pesquisa.

⁴ De acordo com o Plano de Trabalho do PACJSJ, o público beneficiado era jovens de ambos os sexos, na faixa etária dos 16 aos 24 anos, em situação de desemprego, oriundos de famílias de renda “per capita” de até ½ salário mínimo e com defasagem escolar. Prioridade de acesso para jovens em conflito com a lei, jovens em situação de rua ou abandono familiar, jovens com deficiências, jovens afro-descendentes, jovens indígenas e jovens de outros segmentos sociais tradicionalmente excluídos das políticas públicas.

⁵ O tema do Relatório de estágio curricular obrigatório não constará com o seu nome original, devido ao sigilo com os adolescentes e os profissionais da pesquisa.

Durante este processo, pode-se constatar como uma das possíveis causas, para grande parte destes adolescentes não estarem estudando, e de não demonstrarem motivação para retornarem aos estudos, a consequência do envolvimento com a prática do ato infracional⁶, como a atividade do tráfico, roubos e consumo de drogas.

Diante disso, observou-se a necessidade e a importância de se realizar um estudo sobre a evasão escolar dos adolescentes participantes do PACSJ e a sua relação com o ato infracional. Assim, conforme Gil (1999, p. 42), compreende-se por pesquisa social “[...] o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”.

Para Kerlinger (1979, p. 49) cientificamente, problema “[...] em primeiro lugar é uma questão, uma sentença em forma interrogativa. Segundo, uma questão que geralmente pergunta alguma coisa a respeito das relações entre fenômenos ou variáveis”. Dessa forma, com a perspectiva de problematizar o tema evasão escolar, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: o envolvimento com a prática do ato infracional influencia na evasão escolar dos adolescentes?

Neste sentido, o objetivo geral proposto desse estudo é identificar a relação entre a evasão escolar e o envolvimento com a prática do ato infracional dos adolescentes participantes do PACSJ, realizado em uma unidade de ensino da Grande Florianópolis.

Assim, para atender os pressupostos da pesquisa foram considerados três objetivos específicos, tais como:

- a) Verificar a influência do envolvimento com o ato infracional na escolarização dos adolescentes participantes do PACSJ;
- b) Verificar o papel da escola enquanto um espaço de emancipação do sujeito e;
- c) Analisar a contribuição da família na escolarização dos adolescentes participantes do PACSJ.

Os métodos abordados para essa pesquisa são de natureza quantitativa e qualitativa. Estes procedimentos possibilitaram delimitar o problema de pesquisa, a fim de se realizar possíveis reflexões com base nos dados encontrados e nas teorias existentes (RICHARDSON, 1999, p. 70).

De acordo com Richardson (1999, p. 70), o método quantitativo:

⁶ Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 103, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

No entanto, o método qualitativo se difere do quantitativo quando não usufrui de meios estatísticos para a análise do problema. Através desse método pode-se valorizar os discursos escritos e falados dos sujeitos da pesquisa. Assim, “[...] Os estudos que empregam a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais [...]” (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Os procedimentos utilizados para a coleta de dados compreenderam primeiramente a pesquisa documental e bibliográfica, ambas realizadas paralelamente. Assim, de acordo com Gil (1999, p. 66) pesquisa documental se refere a “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Nesse sentido, foram utilizados documentos de primeira mão, como as fichas de inscrições dos adolescentes no PNEPE, bem como o plano e relatório de estágio curricular obrigatório da pesquisadora.

Com o intuito de confrontar o olhar teórico do problema de pesquisa com os dados da realidade, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (1999, p. 65) “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para a construção da monografia, as leituras bibliográficas referiram-se a autores como, Araújo, Stave (2002), Bezerra et al. (2005), Cerveny (1997), Silva, F. (2004), Ferreira (2003), Freire (1996), Frigotto (1996), Gil (1999), Iamamoto (1998), Silva, K. (2005), Kerlinger (1979), Maistro (1997), Pereira (2005), Piletti (1994), Ramos (2004), Richardson (1999), Sacristán (1996), Santos e Santos [entre 1990 e 2006], Paro (2003) e Zaidan (2003).

O contato realizado com esses adolescentes, sujeitos da pesquisa, deu-se gradualmente, antecedendo com o período de estágio, porém de forma intencional, procurando sempre considerar o contexto histórico e a identidade individual do adolescente, pois se acredita que este procedimento seja uma possível forma de aproximação e criação de vínculos com o público alvo.

Após isso, o instrumento utilizado para a coleta dos dados empíricos, foi a entrevista, a qual é considerada como uma das técnicas mais utilizada para a coleta de dados no âmbito das

ciências sociais, pois possibilita a obtenção de informações acerca do objeto estudado, para posterior análise e interpretação dos resultados. (GIL, 1999, p. 117).

Para a referente pesquisa, optou-se pela entrevista estruturada, por se entender que esta seja uma das formas mais adequadas para o desenvolvimento e levantamento de dados sociais. Conforme Gil (1999, p. 121) a entrevista estruturada “[...] desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número”.

Para a realização das entrevistas e aplicação do formulário foi necessário ter um contato prévio com os sujeitos da pesquisa. Para isso, entre os dias 21 a 23 de junho de 2006, nos períodos matutino e vespertino, foram realizados telefonemas⁷, às residências e a unidade de ensino, com o intuito de convidar os oito adolescentes participantes do PACSJ, que não estavam estudando no segundo semestre de 2005, e os profissionais da educação, a fim de consultá-los sobre o interesse e disponibilidade de estarem participando da pesquisa.

Durante este processo houve a recusa de um adolescente em não estar participando da pesquisa, e a não localização de outro adolescente, que conforme informações obtidas da professora da unidade de ensino e também monitora na época do PACSJ, está desaparecido do Bairro, devido ao envolvimento com a atividade do tráfico.

Assim, os sujeitos escolhidos e que aceitaram participar da pesquisa foram:

- a) seis adolescentes, sendo três do sexo feminino e três do sexo masculino;
- b) uma assistente social;
- c) uma supervisora pedagógica e;
- d) uma professora do Ensino Fundamental.

Após a confirmação com os adolescentes e profissionais da educação, agendou-se um dia e um horário para a realização da entrevista e aplicação do formulário na unidade de ensino, nos dias 26, 28 e 29 de junho de 2006, no período matutino, vespertino e noturno⁸. Todos os participantes compareceram no dia agendado da entrevista.

Antes da aplicação do formulário com os adolescentes, a pesquisadora procurou apresentar e esclarecer maiores informações sobre o projeto de pesquisa, resgatando sobre as

⁷ Conforme orientação, as ligações foram feitas no NECAD (Núcleo de Estudos da Criança, do Adolescente e da Família) e na Secretaria do Departamento do Curso de Serviço Social, ambos localizados no Centro Sócio-Econômico, UFSC, para manter sigilo do telefone residencial da pesquisadora.

⁸ Houve uma adolescente que pelo fato de estudar pela manhã e trabalhar a tarde, respondeu o formulário no período noturno.

entrevistas realizadas com eles durante o período de estágio curricular obrigatório, a fim de mostrá-los a preocupação da mesma em relação à evasão escolar.

Durante este momento os adolescentes foram esclarecidos que os relatos das falas na pesquisa seriam preservados o anonimato, como a não identificação do nome, da unidade de ensino, do bairro e da cidade. Aos profissionais da educação também foi realizado este procedimento.

Apresentou-se também aos entrevistados as possibilidades de registro do desenvolvimento da pesquisa, como através de anotações diretas das falas ou pela gravação e posterior transcrição. Entre os participantes três adolescentes não autorizaram o uso do gravador, sendo que dois mencionaram que se sentiriam mais à vontade utilizando a técnica da anotação de suas falas por extenso. Os profissionais da educação permitiram gravar a entrevista.

A maioria das entrevistas aconteceu na sala do Setor Social da unidade de ensino, exceto duas realizadas na sala de orientação pedagógica, com a aplicação de um formulário, sendo um específico para os adolescentes (Apêndice A) e o outro para os profissionais da educação (Apêndice B). As questões do formulário eram abertas para que os sujeitos da pesquisa pudessem respondê-las conforme a sua percepção sobre o conteúdo.

Após a coleta de dados através dos formulários respondidos, deu-se a análise e interpretação dos mesmos, os quais se encontram descritos no quarto capítulo do trabalho. A análise possui como finalidade organizar/sistematizar os dados coletados no sentido de fornecer respostas ao problema proposto. Por outro lado, de acordo com Gil (1999, p. 168) “[...] a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo de respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos”.

A pesquisadora percebeu que, durante a realização da entrevista e aplicação do formulário com o adolescente Costelinha⁹, o qual já esteve em conflito com a lei, e diz que hoje não é mais envolvido com a organização do tráfico, o mesmo mostrava-se atento quando alguém entrava na sala ou com os ruídos externos a unidade de ensino.

Houve o adolescente Dedé, que no processo de desenvolvimento da entrevista e aplicação do formulário, a pesquisadora obteve dificuldades em adquirir suas idéias, pois somente respondia o que se perguntava, e nas suas respostas era muito breve. É importante ressaltar que compareceu para a entrevista, após uma hora aproximadamente do agendado.

⁹ A partir deste momento os nomes dos adolescentes constarão como fictícios, para se manter o sigilo.

Seu pai veio procurá-lo na unidade de ensino no horário de sua entrevista, perguntando se o filho tinha chegado ao local, pois tinha dito ao pai que viria para a entrevista.

Outro adolescente, Pardo, foi possível perceber que mesmo aceitando em participar da pesquisa, ao final da entrevista e aplicação do formulário, perguntou qual era o prazo dado, caso ele pudesse desistir da entrevista e conseqüentemente não aceitando que suas respostas fossem publicadas nesse trabalho. Também quis saber o dia que poderia pegar a cópia do termo de consentimento livre e esclarecido, sendo o único dos entrevistados a demonstrar tal interesse.

A escolha dos três profissionais envolvidos com a área da educação se deu pelo fato de serem profissionais que trabalham em uma unidade escolar, compreendendo a dinâmica e contexto deste espaço – fato importante para a análise da pesquisa. É principalmente pela relação direta que dois destes profissionais possuíam e ainda possuem, com os adolescentes pesquisados, no caso a assistente social e a professora e na época monitora do PACSJ.

Com o intuito de se estabelecer um trabalho coerente, que envolva procedimentos éticos e transparentes, foi dado um retorno aos sujeitos da pesquisa, em relação as suas falas durante toda a entrevista, e das falas já selecionadas que constam no quarto capítulo. Para isso, foram realizadas ligações¹⁰ as residências e a unidade de ensino, entre os dias 24 a 26 de julho de 2006, no período matutino e vespertino, a fim dos sujeitos da pesquisa comparecessem na unidade escolar para a entrega de suas falas.

No entanto, houve um adolescente que não foi possível entrar em contato, pois o único meio de comunicação com o mesmo era através de recado à sua irmã, a qual estuda na unidade de ensino onde foi realizada a pesquisa, porém no momento a mesma estava em período de férias, não possibilitando a realização do contato.

No decorrer dos contatos realizados, constatou-se através da professora do Ensino Fundamental que Pardo não estava estudando novamente, pois o adolescente havia retornado a estudar este ano. O motivo da desistência seria por não ter se adaptado com os colegas e com a unidade de ensino, localizada em um outro bairro, não próximo de sua casa.

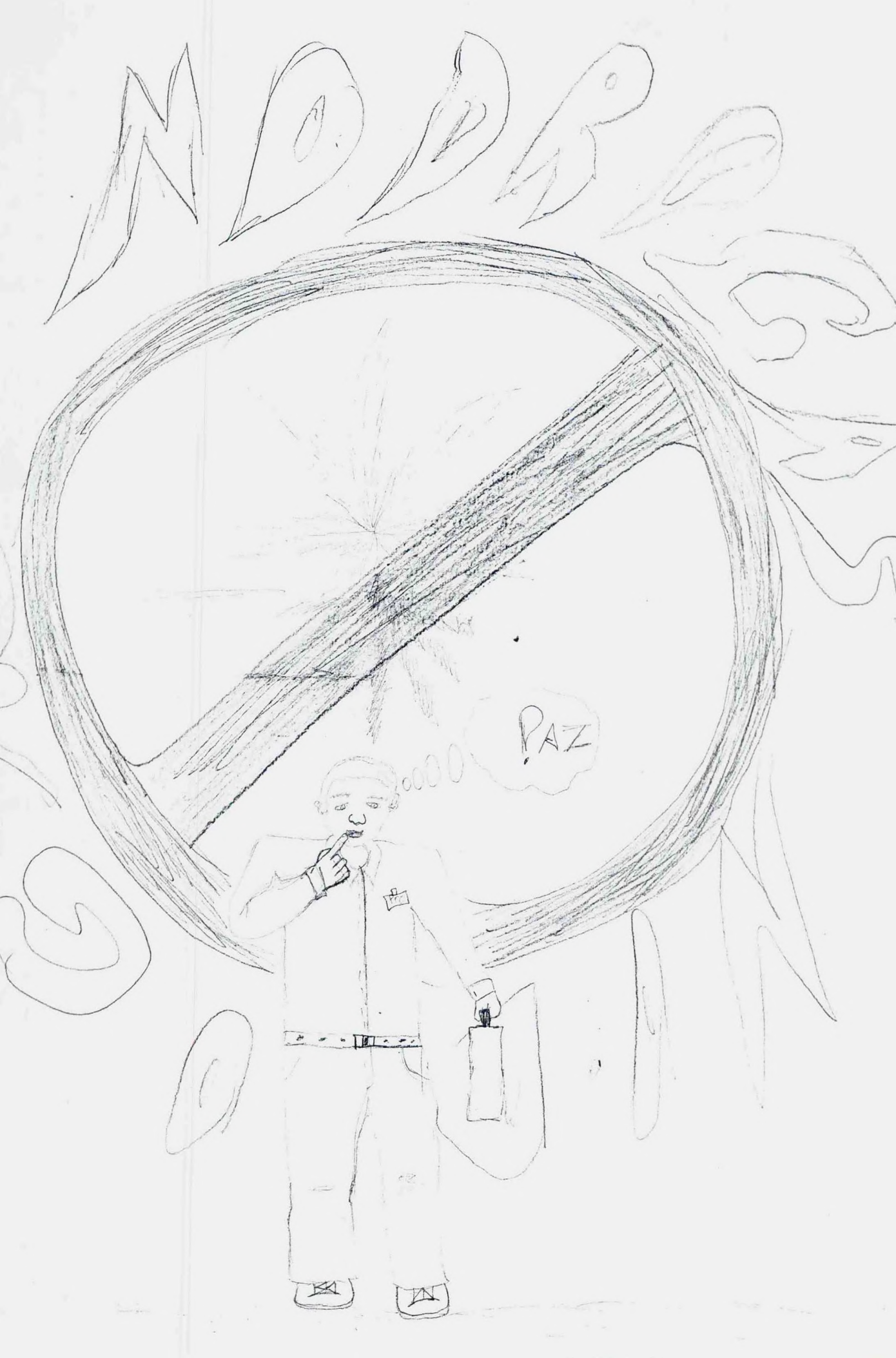
Portanto, no dia 27 de julho de 2006, na sala do Setor Social da unidade de ensino, no período matutino, foram entregues as falas para a maioria dos sujeitos da pesquisa, bem como a cópia do termo de consentimento para a realização da mesma.

Como uma forma de considerar a identidade e a história dos adolescentes entrevistados, propôs-se aos mesmos, como gostariam de ser chamados e conhecidos durante

¹⁰ Conforme orientação, as ligações foram realizadas na Secretaria do Departamento do Curso de Serviço Social, localizada no Centro Sócio Econômico, UFSC, para sigilo do telefone residencial da pesquisadora.

os momentos que são citados no trabalho. Todos os que se fizeram presentes aceitaram em ser mencionados por um outro nome, conforme a própria sugestão de cada adolescente. Um dado importante a se considerar sobre este fato foi que o adolescente Costelinha comentou que poderia ser chamado pelo nome original, não importando de ser reconhecido, embora ao final, sugeriu em ser chamado como Costelinha.

Em virtude do não possível contato realizado com o adolescente Pardo, anteriormente mencionado, e também pelos dois adolescentes que não fizeram parte da pesquisa, mas que se encontram na amostra desse estudo, os mesmos serão identificados conforme nomes escolhidos pela pesquisadora. No entanto, procurou-se selecionar nomes que trouxessem alguma relação ou aproximação com esses adolescentes, conforme a percepção da pesquisadora.



Capítulo 2

Educação Escolar: Um Espaço de Emancipação do Sujeito

A educação é um processo universal e dinâmico, que para ser compreendida precisa estar relacionada com o contexto econômico, social e cultural de cada momento histórico. Desse modo, a educação refletida a partir da realidade concreta social é considerá-la, também, sob a perspectiva de um projeto político vigente de sociedade.

Em outros termos, segundo Paro (2003, p. 29) ao contextualizar sobre a concepção de educação em seu sentido pleno e rigoroso, remete-a ao [...] “processo pelo qual o ser humano constrói sua personalidade humano-social pela apropriação do saber produzido historicamente”.

Este saber pode ser adquirido nos diversos espaços onde há apropriação da cultura e de práticas sociais. A escola é um desses espaços onde o conhecimento, considerado a matéria-prima da educação escolar, desenvolve-se de forma sistematizada. De acordo com Piletti (1994, p. 9) o processo realizado nas escolas é denominado como educação formal, cujo “os objetivos, conteúdos e meios são previamente traçados”.

Como consta nas diversas leis e regulamentações formais brasileiras, a escola pública tem o papel, através da representação do Estado, proporcionar a todos os indivíduos brasileiros as condições básicas para que se desenvolvam enquanto sujeitos de direitos. Para isso, é necessário que a escola possibilite aos indivíduos uma educação integral, desenvolvendo todas as suas possíveis dimensões.

Neste sentido, Daiana Ramos (2004) em seu trabalho de conclusão de curso, lembra que a escola por ser considerada um espaço de reconhecimento da cidadania, ou seja, que procura desenvolver o indivíduo enquanto sujeito histórico, social e de direito, verifica-se a necessidade e a importância de manter as crianças e os jovens na escola.

A escola das crianças está diretamente relacionada com a cidadania [...]. O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão ter sido educado (MARSHALL, 1967, apud RAMOS, 2004, p. 53).

Conforme estudos realizados, o índice sobre a inserção de crianças, jovens e adultos inclusos no sistema escolar é baixo. Segundo Ramos (2004), a educação pública se mostra de forma manipulada e seletista, quando se observam na realidade social o nível de alfabetização, as taxas de matrículas escolares e os anos concluídos de escolarização.

Para justificar a realidade acima mencionada, nos últimos tempos o sistema educacional brasileiro tem se mostrado deficiente. Segundo Cortella (1996 apud BEZERRA, 2005, p. 9) dentre os 150 milhões de cidadãos brasileiros, somente 34 milhões encontravam-se inclusos no sistema escolar. A autora menciona também, sobre a reduzida mobilidade de alunos do Ensino Básico para o Ensino Fundamental, sendo o porcentual pouco mais de 10%.

Assim, entre o período de 1996 a 2005, houve um aumento de pessoas freqüentando a escola, no entanto o número ainda é baixo relacionado com o total da população brasileira. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação, o Censo Escolar aponta o registro de 56,5 milhões de matrículas em 2005, considerando todas as etapas e modalidades da Educação Básica¹¹. Porém, os estudos também mostram uma redução de matrículas nas séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em relação ao ano de 2004, correspondendo à diminuição de 379 mil do total de matrículas.

Neste contexto, a não inclusão plena de crianças e adolescentes no sistema escolar, compreende a negação de seus direitos conquistados em relação à educação, como preceitua a Constituição Federal de 1988, no Art. 208, em que é dever do Estado efetivar a educação através do:

- I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito assegurado, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
- II – Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

¹¹ De acordo com o INEP/MEC – Censo Escolar, educação básica se refere às modalidades: Educação Infantil, Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação Profissional – disponível em http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acessado em 7 de junho de 2006, às 23h 34 min.

VII – Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, alimentação e assistência à saúde.

§1º – O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º – O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º – Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 do dia 13 de julho de 1990, em seu Art. 54 também assegura os direitos mencionados acima, como também no Art. 53 sobre o direito da criança e do adolescente à educação, com o intuito de seu pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Para isso, garante-lhes:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – Direito de ser respeitado por seus educadores;

III – Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – Direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, surge com a perspectiva de também garantir a educação para todos de forma igualitária, trazendo em seus primeiros artigos novas configurações sobre a educação enquanto uma política pública social.

Em seu Art. 1º a educação está presente nos “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

De acordo com o Art. 2º da LDB, a educação é considerada como dever da família e do Estado garanti-la sob “os princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, o pleno desenvolvimento do educando, com o intuito de prepará-lo “para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No Art. 3º, para o desenvolvimento do ensino com qualidade, a LDB classifica os seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – Garantia de padrão de qualidade;
- X – Valorização da experiência extra-escolar;
- XI – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

No entanto, percebe-se que estas leis como também as demais regulamentações formais sobre a proteção integral, não estão sendo cumpridas, de fato, na realidade cotidiana da grande parte de crianças e adolescentes. O Estado, a família, bem como a sociedade, não vêm garantindo efetivamente os direitos fundamentais ao processo de desenvolvimento da população infanto-juvenil, como o direito à escola e a educação de qualidade.

A crise econômica existente atualmente na sociedade brasileira, decorrente de um sistema desigual e excludente, gerou não somente a ausência de investimentos do Estado, na área social e em particular na educação, como também ocasionou mudanças de valores na sociedade. O predomínio da ideologia do mercado (SACRISTÁN, 1996), acarreta no surgimento e desenvolvimento de práticas individualistas, em que se destacam os valores econômicos e técnico-científicos, sendo estes paralelamente substituídos pelos valores sociais, culturais e morais. Em seu texto *Reformas Educacionais: utopia, retórica e prática*, ele apresenta com propriedade esta questão:

Os valores de justiça, equidade humana, solidariedade e distribuição da riqueza e do capital cultural vão sendo substituídos pela preocupação pela eficácia, pela competitividade, pela “excelência”, pela busca de resultados tangíveis, pelo ajuste às necessidades do mercado de trabalho e da economia, pela luta para dispor de melhores condições de saída do sistema educacional diante de um mundo do trabalho escasso, pela formação em destrezas básicas, pela necessidade de incorporar as tecnologias da informação, etc. (SACRISTÁN, 1996, p. 61).

Neste contexto, perde-se a concepção de educação voltada a uma linha progressista e humanista. Então, os discursos sobre a qualidade das práticas educacionais para o sistema escolar, passam a se realizar com o intuito de questionar o modelo e a cultura de educação vigente nas escolas, que se enquadra em uma pedagogia “seriada, seletiva e classificatória” (ZAIDAN, 2003, p. 145).

As reformas educacionais têm sido realizadas com o intuito de analisar e avaliar sobre o papel da educação no contexto da realidade social, através de projetos políticos, econômicos e culturais propostos pela sociedade. Sendo assim, de acordo com Sacristán (1996, p. 51), há diversas propostas de programas sobre o tema de reformas, como:

[...] fala-se de reformas quando se quer acomodar o ensino às demandas do mercado de trabalho, quando se efetua uma mudança de estrutura de níveis ou de ciclos com a finalidade de tornar o sistema mais justo; fala-se de reformas ao se descentralizar a administração do sistema, quando se incorporam conteúdos novos ou novas tecnologias, ao se pretender melhorar os estilos pedagógicos dominantes, quando se buscam mudanças na organização escolar ou nos mecanismos de controle; alude-se à reforma quando se busca melhorar o rendimento dos alunos, diminuindo o fracasso, ou quando se fala em aumentar a qualidade dos professores, etc.

Em termos políticos as reformas têm o propósito de desenvolver ações para a transformação e a mudança de uma determinada realidade, através da participação da sociedade nos diversos espaços sobre as políticas educacionais. Nesse sentido, dentro da proposta da reforma educacional, torna-se necessário à aplicação constante de medidas com o intuito de melhoras na educação.

As reformas na política educacional ocorrem com maior frequência devido a não realização de uma análise e avaliação efetiva, sobre o contexto global da sociedade. “[...] Ao não partir de uma análise da globalidade do sistema, têm um caráter fragmentário, que não muda sensivelmente o todo ou não institucionaliza essa mudança. [...]” (POPKEWITZ, 1982, apud SACRISTÁN, 1996, p. 54).

Portanto, o autor menciona sobre a importância do processo constante da análise e da avaliação na conjuntura social em articulação com o contexto interno da escola, não perdendo de vista o fator histórico, como uma forma de diminuir ou de evitar a formulação de políticas educacionais dentro do contexto de reforma:

[...] Se existisse uma análise constante das demandas sociais, se existisse, formas de envolvimento dos diferentes grupos que participam do sistema educacional para clarificar os critérios de qualidade das práticas educacionais e de ordenação e gestão do sistema escolar, se fosse realizada uma constante avaliação da cultura escolar, das necessidades dos professores e das escolas, se existisse um sistema eficaz de aperfeiçoamento de ação contínua, se existisse uma comunicação fluida entre a cultura externa e aquela que é “enlatada” nos currículos, não haveria necessidade de se utilizar com tanta frequência esse rito recorrente (SACRISTÁN, 1996, p.55).

Observa-se então que, para se compreender a realidade do sistema escolar atualmente, é necessário tomar como base o fator histórico, no qual resulta no desenvolvimento de um sistema hierarquizado e autoritário, reflexo do próprio sistema capitalista.

Portanto, as mudanças que a reforma educacional se propõe a realizar, diz respeito à relação da educação com o sistema externo, ou seja, a sociedade, o capitalismo através da “[...] igualdade de oportunidades de diferentes grupos diante da educação, adequação à economia e ao mundo do trabalho, novos projetos culturais para uma sociedade, etc. [...]”; bem como ao sistema interno, ou seja, a escola como “[...] os métodos pedagógicos, o funcionamento das escolas ou a estruturação dos postos de trabalho dos professores” (SACRISTÁN, 1996, p. 56).

A educação é considerada como um direito universal, garantida pela Constituição Federal de 1988, através do seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Segundo Pereira (2005) a ação dos profissionais da educação para o acesso e permanência de crianças e adolescentes nas escolas, é de suma importância. Os artigos 208 e 3º, da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), respectivamente, referem-se a garantia da educação por meio dos atendimentos de ensino.

Portanto, a permanência de todos os alunos na escola implica em considerar a questão da diversidade, diferença e desigualdade existente na sociedade brasileira. De acordo com Zaidan (2003, p. 144) “[...] acolher o aluno que chega à escola e construir propostas e projetos na unidade escolar ou nas redes de escolas, visando a inclusão, implica lidar com a diferença, num quadro de profunda desigualdade social. [...]” Por isso, cabe ao educador a tarefa de lidar com as diferenças, ao considerar a diversidade sócio-econômico e cultural, contribuindo para a inclusão de todos os indivíduos.

A concepção de ensino público adotado na tradicional escola básica brasileira tem se restringido somente à função de oferecer informações contidas nos programas de disciplinas. Segundo Paro (2003, p. 30), a escola para exercer seu papel enquanto uma instituição efetivamente educativa, ela deve ir além do repasse de conhecimentos, ou seja, deve despertar ao educando a vontade de aprender, “[...] adotando uma forma dialógica, que toma o educando como sujeito, pois só como sujeito é possível fazer-se (sujeito) humano-histórico. [...]”.

Conforme Paulo Freire (1996), em sua obra *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, o ensinar não se restringe apenas em transferir conhecimentos, mas em “criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, por meio de relações estabelecidas. Para tanto, comenta com base na sua prática docente, que procurava ser “crítico e inquiridor”, porém “aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições”.

A função da escola é exercer uma educação social, em que o conhecimento seja desejável por quem está aprendendo. Por isso, o autor menciona que a primeira tarefa da educação é motivar o educando a ter gosto pela cultura e pelo saber, sentido este que o leva a condição de bem estar (PARO, 2003, p. 30-31).

Neste sentido, devido ao contexto global que se vive atualmente, o espaço de formação dos educandos tem se ampliado, e a proposta de educação tem-se dado de forma integral. Além de transmitir conhecimentos científicos e habilidades, a escola no âmbito das reformas educacionais tem procurado desenvolver todas as dimensões do aluno, ou seja, valores, cultura, ética, que o considere enquanto sujeito histórico social (ZAIDAN, 2003, p.144).

Portanto, Paro (2003, p. 31) considera que para a realização da educação integral, deve-se:

[...] Não apenas aprender conteúdos disciplinares de geografia, de matemática, de ciências, etc., mas também aprender (e exercitar) o jogo, a brincadeira, a dança, o companheirismo, a fidelidade, a música, o relacionamento entre sexos, o caráter, o cuidado com a saúde, a preservação do ambiente, o respeito mútuo, o trabalho dignificante, a democracia, a liberdade, a política, a tolerância, o significado da História, o combate à dominação e à exploração, ao preconceito e as desigualdades sociais, a condição de pluralidade do indivíduo em interdependência necessária com os demais indivíduos, o viver bem como vocação realizável e a justiça como condição dessa possibilidade humana: tudo, enfim, que a vida humana ter sentido.

Nessa perspectiva, as novas teorias educacionais, como as teorias construtivistas e as teorias sócio-históricas mencionadas por Zaidan (2003), têm contribuído para a formação integral dos sujeitos, considerando então a escola, como um espaço para essa formação. Essas teorias referem-se sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem, que segundo a autora (2003, p. 144-145) “[...] o sujeito não aprende só intelectualmente, aprende a partir de um conjunto de elementos que mobilizam a vida. [...] a aprendizagem articula-se numa

perspectiva de formação de pessoas, de sujeitos sociais, que têm memória, história, cultura. [...]”.

Assim, para que ocorra a melhoria da qualidade no ensino, é necessário que se tenham professores qualificados. A compreensão da formação, qualificação e profissionalização do educador se dão na perspectiva de um projeto contra-hegemônico, de sociedade democrática e igualitária, e conseqüentemente inclusiva.

A sociedade brasileira é uma sociedade fortemente desigual e subordinada ao mercado global excludente. Nesse sentido, para responder as diversas necessidades humanas, não se pode criar uma escola com processos formativos antidemocráticos, baseados na desigualdade, exclusão. Portanto, cabe ao plano ético-político do educador a responsabilidade de:

[...] afirmar os valores de efetividade igualdade, qualidade para todos, solidariedade e da necessária ampliação da esfera pública democrática em contraposição à liberdade e qualidade para poucos, reguladas pelo mercado, e das perspectivas do individualismo e do privatismo (FRIGOTTO, 1996, p. 94).

O autor menciona também que, a dimensão teórica e epistemológica do processo de formação e profissionalização institucional do educador encontra-se defasada. A justificativa para tal fato deve-se a ausência de uma compreensão sócio-histórica, filosófica, política e cultural da própria formação e profissionalização do educador, sendo resultante, do próprio sistema vigente.

A base teórica e epistemológica na formação e profissionalização do educador possibilita, de acordo com Frigotto (1996, p. 95) “[...] analisar as relações sociais, os processos de poder e de dominação e, portanto, de perceber a possibilidade de trabalhar na construção de uma sociedade alternativa. [...]”. Portanto, mediante uma capacitação teórica e epistemológica efetiva, o educador em seu processo de ensino com o educando poderá desenvolver sua técnica e didática, considerando os saberes do aluno por meio do seu contexto histórico, social e cultural.

Nesse sentido, para a efetivação de um processo educativo qualificado, é necessária a realização de uma ação reflexiva, ou seja, a práxis¹², bem como a participação coletiva e

¹² Segundo Konder (1992, p. 99) apud Frigotto, práxis entende-se como uma atividade concreta pela qual os sujeitos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais conseqüente, precisa de reflexão, do autoquestionamentos, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

organizada de um projeto político-pedagógico em prol de escolas democráticas, inclusivas e de qualidade.

Contudo, a própria categoria profissional de docentes, através de movimentos organizados, procuram realizar as mudanças necessárias, por meio de questionamentos em relação à própria formação profissional. De acordo com Zaidan (2003, p. 146), os docentes durante a sua prática, estão vivenciando uma contradição com a formação. “[...] Ao vivenciar essas contradições na prática, com a sua própria prática, vai mostrar movimentos de transformação, de uma nova formação. [...]”.

Assim, com todas as propostas de mudanças na área da educação, por meio da ação e discussão de leis e regulamentações, de grupos organizados de educadores, ainda existem muitos direitos que precisam ser efetivados na prática. No entanto, é necessário permanecer na luta, em busca de uma educação com formação humana, realizada no cotidiano das escolas, a fim de se garantir efetivamente uma educação para todos.



C.V.

VERSO SOGREN

Capítulo 3

Os Adolescentes Participantes do PACSJ em Situação de Evasão Escolar

Nos últimos tempos, mais especificamente nas últimas décadas do século passado têm se observado mudanças nos processos de relações entre os países. Novas formas de interação/comunicação surgem, tornando o espaço e o tempo cada vez menores entre os indivíduos, entre as nações. Denominamos este processo de globalização, o qual de acordo com Maria D'alva Macedo Ferreira (2003, p. 33), proporciona “as metamorfoses sociais”, por meio da “[...] mundialização da cultura, das formas de organização da economia, da política e a própria relação entre os diferentes setores na atual sociedade [...]”.

Paralelo a essa transformação societária, do surgimento de padrões tecnológicos de ponta, percebe-se a permanência de culturas conservadoras no meio social, em que dois modos de vida classificados como “moderno” e “velho” passam a existir conjuntamente, como menciona Ferreira (2003), ao citar Santos (2000):

“[...] é preciso compreender que as ‘transições paradigmáticas’ significam não o rompimento, mas a convivência de múltiplas formas de viver socialmente. É um processo paulatino de busca de novas formas de se relacionar, mas, ao mesmo tempo, de permanência dos modos de vida tradicionais”. (FERREIRA, 2003, p. 33).

Neste sentido, ocorre então ao mesmo tempo a existência de duas realidades distintas na sociedade, na qual uma pequena parcela da população usufrui os bens e serviços produzidos, e uma outra em sua maioria, ausente de grande parte ou de todos os direitos sociais, garantidos constitucionalmente. Este fato proporciona graves problemas sociais para o país, como o desenvolvimento da pobreza, do desemprego e da violência, por exemplo.

A violência trata-se de uma questão social¹³, a qual pode se manifestar em várias dimensões seja no aspecto econômico, político e/ou cultural. Atualmente compreender as diversas expressões da violência na sociedade contemporânea, necessita situá-la como parte

¹³ Conforme Yamamoto (1998, p. 27) a matéria-prima ou o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social, na qual está “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”.

integrante “[...] de uma realidade contextualizada, globalizada e dinâmica [...]”, apreendendo as “múltiplas” formas de relações presente na vida dos adolescentes (FERREIRA, 2005, p. 2-3).

Uma entre tantas manifestações existentes da violência está a não efetivação cotidiana, dos direitos garantidos constitucionalmente de toda a população brasileira, em particular neste momento da criança e do adolescente. O não acesso aos bens e serviços, faz dessas crianças e adolescentes vítimas da violência, levando-os até mesmo a praticar, como uma forma de manifestação da violação sofrida, pelo não respeito aos seus direitos, “[...] ‘atos indevidos’, em sua maioria para buscar respostas às ‘necessidades’¹⁴ criadas pelos novos modelos de sociabilidade” (FERREIRA, 2003, p. 35).

A violência permeia a realidade dos diversos grupos sociais, desde os menos favorecidos, até os mais privilegiados no sentido econômico, social e cultural. Assim, Ferreira (2003, p. 36) afirma que a prática de atos de violência não está presente somente entre a classe social de baixa renda, embora “[...] a incidência nessas classes seja mais visível pela falta de proteção e pelos estigmas dirigidos a ela. [...]”.

Em relação a estes dois últimos fatos, percebe-se que a autora discorre, justificando que os direitos legais previstos em estatutos e nas regulamentações formais, que garantem aos adolescentes sua cidadania, não são reconhecidos “[...] tanto pelos diferentes grupos da sociedade, quanto por aqueles que são responsáveis pelos meios de comunicação, e também pelos operadores das leis” (FERREIRA, 2003, p. 36).

Dentro desse contexto, a juventude brasileira se destaca como um dos segmentos da população a serem desprovidos dos direitos básicos, que caracteriza seus membros enquanto cidadãos. Esta realidade é compreendida como um processo de exclusão social, descrevendo-a quando ocorre “[...] o impedimento ou a dificuldade de acesso aos direitos de cidadania, como a igualdade perante a lei e as instituições públicas e as oportunidades sociais – escola, trabalho, cultura, lazer, comunicação etc. [...]”¹⁵.

Portanto, as crianças e os adolescentes, por constituírem-se entre os grupos populacionais, que se encontram também como vítimas das diversas manifestações da

¹⁴ A autora aborda as “necessidades” sob a concepção sócio-política, segundo estudos realizados por Guará (1994) e Heller. Portanto, “as necessidades sócio-políticas são chamadas de “carecimentos” e são a matriz dos direitos sociais. Define carecimentos como o sistema de necessidades de uma dada sociedade, com seu modo de vida e com tudo o que se precisa para garanti-lo”. (2003, p. 36).

¹⁵ Juventude, Exclusão e Educação. Artigo disponível em: <http://www.ambep.org>. Acessado em 21 de junho de 2006.

violência, observa-se então uma outra forma de agir por parte desse segmento, com o intuito de se sentirem sujeitos.

Nesta linha de reflexão, Ferreira (2003, p. 38) menciona sobre a vontade desses adolescentes em “[...] vencer as imposições e limites que os impedem de usufruir condições dignas de exercer sua cidadania [...]” ultrapassando “[...] normas sociais e leis que regulam o comportamento social, cometendo atos que violam o que está instituído [...]”. Assim, é nos modos de transgressão dos limites instituídos que os adolescentes se fazem sujeitos:

[...] Ultrapassam os limites impostos de modo autoritário pela família, pela escola e pela sociedade e, como que mostrando sua capacidade de rebelar-se contra todos os limites, buscam, nas ruas da cidade, meios para ultrapassá-los, transgredindo-os, mesmo sabendo dos riscos a que estão submetidos pelas leis morais e jurídicas instituídas. Nas ruas, eles correm, falam, gritam, roubam objetos pessoais, trabalham, brincam, fazem-se donos, enfrentam o medo causando medo aos ‘cidadãos de bens’. [...] (FERREIRA, 2003, p. 37-38).

Percebe-se então a cada dia que, os direitos infanto-juvenis, em relação à vida, à moradia, à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, não têm sido respeitados e concretizados. O que se observa é a violação desses direitos aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Dessa forma, estudos mostram que independente da classe social de origem, a violência se encontra inserida também no âmbito familiar, entre seus próprios membros, sendo concretizada por meio da agressão física e verbal, do abuso sexual, da repressão, da restrição à liberdade, do trabalho infantil, por exemplo. Estas ações constituem-se em um grave problema social, devido às seqüelas que causam às vítimas, podendo no mais tardar reproduzirem de alguma forma a violência sofrida.

Por isso, para se entender a dinâmica e contexto da família, a mesma deve ser considerada como uma instituição social, que está diretamente articulada com a conjuntura econômico-social na qual está inserida. Assim, ao sofrer influências do meio externo, encontra-se em um constante processo de transformação e mutação, trazendo estruturalmente novas configurações familiares na sociedade contemporânea.

Neste sentido, Maria Aparecida Maistro (1997) ao se referir aos estudos de Ribeiro (1994), aborda que a família brasileira vem sofrendo por transformações desde o final da primeira metade do século passado, decorrente das transições demográficas, do crescimento econômico e desenvolvimento urbano, e por último da crise econômica da década de 90. Estes

fatores refletiram nas diversas esferas do contexto familiar, como a redução na sua composição e no número de membros, alteração nos valores culturais, e a redefinição dos papéis, como por exemplo, uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

Essas mudanças, em virtude principalmente da crise econômica, pode ter proporcionado, como contextualiza a autora, “uma situação de desagregação da família nuclear¹⁶ em todos os estratos da sociedade” comprometendo “de um modo mais grave a camada da população de menor poder econômico, pelo próprio perfil de distribuição desigual de renda no país, já que a luta pela sobrevivência se tornou mais imperiosa” (MAISTRO, 1997, p. 41).

Observa-se então que, novos papéis passaram a ser desempenhados pelos membros responsáveis da família, ressaltando modificações na educação e no cuidado com os filhos, conforme mencionam Araújo e Stave (2002, p. 54):

Parte-se do pressuposto que a família tradicional é composta de pai, mãe, filhos, cujo “chefe” desse grupo é o pai e este tem como papel, trabalhar para alimentar a família; mas a estrutura econômica não oferece condições para que este quadro se estruture, provocando a saída da mãe em busca de emprego para cobrir as lacunas financeiras, fato que também prejudica a educação dos filhos.

De acordo com estudo realizado por Ferreira (2002) com adolescentes infratores, os mesmos possuíam em sua história de vida marcas de violência que se iniciavam na própria família, tendo como motivos desde as condições sócio-econômicas às culturais.

Ao falar de adolescentes que se encontram em situação de evasão escolar, e que mais especificamente praticaram/praticam atos infracionais, faz-se necessário buscar compreender o significado do ser adolescente. Para isso, procurou-se como base à fundamentação de autores como Osório (1989) apud Cerveny (1997), que redefine como um período de transição e transformação em direção à idade adulta. É um processo biopsicossocial compreendido desde as alterações físicas e hormonais às mudanças de papéis e relações dentro e fora da família.

Já Erikson (1976) apud Cerveny (1997) compreende a adolescência como “o modo de vida entre a infância e a vida adulta”. Esta fase é definida pelo autor como a “crise de identidade”, pois ao buscar a autonomia, o adolescente vive paradoxalmente conflitos internos de autoconfiança e de incertezas.

¹⁶ Segundo a autora, o modelo de família nuclear, considerado anteriormente ao primeiro período da industrialização, limitado à burguesia, é composto pelo pai, mãe e filhos.

Com base nas idéias anteriormente mencionadas, a pesquisadora desenvolverá a seguir a caracterização dos oitos adolescentes participantes do PACSJ, que se encontravam no segundo semestre de 2005 não freqüentando a escola. Os aspectos abordados estarão baseados em suas histórias de vida, que compreende desde as suas relações familiares a outros contextos sociais.

A caracterização estará baseada de acordo com as fichas de cadastros dos adolescentes no PNEPE, dos relatórios das visitas domiciliares, das entrevistas individuais, e dos encontros do Projeto, atividades estas realizadas no decorrer do mês de outubro a dezembro de 2005.

Assim, sobre os adolescentes entrevistados e suas famílias, pode-se destacar que grande parte destes são imigrantes, ou seja, procederam de outras cidades do Estado, residindo no Bairro há oito anos em média. Possuem casa própria com mobílias semi-novas. A escolaridade dos pais ou responsáveis compreende o ensino básico incompleto, sendo desde as séries iniciais até o ensino médio. Há uma média de cinco membros da família morando por domicílio. Os provedores se constituem ou o pai ou a mãe, e/ou ambos, com renda domiciliar no valor de R\$ 428 reais mensais em média. Das famílias, 50% recebem algum auxílio do governo.

De acordo com as famílias, o Projeto colaborou tanto para o desenvolvimento pessoal dos filhos, como também para a renda domiciliar¹⁷. A violência na comunidade, decorrente em grande parte pela atividade do tráfico, causava para essas famílias a insegurança de saírem na rua, principalmente pelo período da noite, momento que se escutavam com maior intensidade os tiros dos traficantes.

Em relação aos oitos adolescentes entrevistados, cinco são do sexo masculino, e três do sexo feminino, com idade entre 16 a 19 anos, e escolaridade que varia da 5ª série incompleta até a 8ª série concluída do Ensino Fundamental.

Na entrevista realizada com os adolescentes a pesquisadora procurou compreender a razão de não estar freqüentando a escola; a relação do adolescente com a família; motivo que o levou a participar do Projeto; expectativas sobre o futuro, como em relação aos estudos, a vida profissional; e sobre as atividades que gosta ou não de realizar nos tempos livres.

Alguns dados levantados demonstraram que os adolescentes estavam sem estudar em um período que varia de um semestre a um ano e meio. Outro aspecto foi que dos encaminhamentos realizados aos adolescentes para o retorno aos estudos, somente três

¹⁷ O PACSJ oferecia uma bolsa no valor de R\$ 150 reais mensais, para cada participante, durante os 4 meses de seu desenvolvimento.

realizaram a matrícula na unidade de ensino de sua preferência, sendo que os demais não tinham se motivado em voltar a estudar.

Os motivos que puderam ser identificados, e que poderiam tanto direto quanto indiretamente estar afetando o retorno aos estudos foram: espera do ano letivo 2006 para o ingresso ao primeiro ano do Ensino Médio regular, pois haviam concluído no primeiro semestre de 2005, a oitava série da EJA do Ensino Fundamental; idade imprópria e em não condições de trabalho - conforme consta o Art. 37 da LDB, para a realização da EJA; ameaças de gangue; envolvimento com roubos; desestímulo de professores na sala de aula; baixo rendimento escolar; envolvimento com o tráfico.

É importante destacar que somente dois adolescentes verbalizaram, bem como a sua família, que já estiveram em conflito com a lei, havendo a não confirmação de um adolescente e nem de sua família (embora a acadêmica não tenha perguntado diretamente), sobre o envolvimento com alguma prática de ato infracional¹⁸.

COSTELINHA

O adolescente tem 18 anos e mora com a avó desde recém-nascido. Costelinha é o único filho do relacionamento de seus pais. Logo após seu nascimento, foi rejeitado pela mãe, pois não o aceitou no período de amamentação. Por isso, logo na primeira semana de vida, seu pai lhe entregou à avó para criar. Nessa época seus pais não estavam mais morando juntos.

A avó do adolescente é aposentada e proprietária de uma pequena sorveteria em frente à própria residência, sendo estas as fontes de renda da família, no valor de R\$ 570 reais mensais aproximadamente. O adolescente mora com a avó e o tio.

Após um tempo, os pais de Costelinha se casaram novamente. A mãe tem com outro marido e atual, mais três filhos. E o pai teve também mais três filhos, porém hoje se encontra casado com outra mulher, e deste relacionamento não possuem filhos.

Atualmente, Costelinha possui uma melhor relação com o pai, pois anteriormente segundo ele mesmo, o pai não o entendia, conversavam pouco e não estava presente no seu cotidiano. O pai do adolescente o acusava de usar drogas pelo fato de ser fisicamente magro. Então, em um tom de voz indignado, Costelinha mencionou que era magro não por usar drogas, mas devido a sua própria genética. O pai também o criticou quando cumpriu medida

¹⁸ Conforme as fichas de cadastro dos adolescentes no PNEPE, entre os oitos que estavam sem estudar, três constatarem que já estiveram em conflito com a lei.

sócio-educativa, dizendo que se esse fato acontecesse novamente, não o ajudaria, pedindo então que o esquecesse como pai.

O adolescente esteve em conflito com a lei no ano de 2004, quando ainda não tinha 18 anos de idade. O motivo foi devido a um assalto realizado em grupo, a mão armada, seguido de um seqüestro, na cidade de Tubarão, Santa Catarina. A medida foi cumprida no PLIAT (Plantão Interinstitucional de Atendimento ao Adolescente Infrator) da mesma cidade, onde o fato aconteceu num período de 45 dias.

Nesse tempo, Costelinha cumpriu a medida sócio-educativa de prestação de serviço a comunidade. O tempo que permaneceu neste local aprendeu que há regras, como pedir licença, ser humilde, respeitar as pessoas que se encontram no local. Então, sobre esta realidade comentou [...] *as regras não existem apenas dentro da prisão, mas também fora dela [...]*.

Dentro do contexto relatado, Costelinha mencionou sobre o crime organizado na comunidade onde vive. De acordo com Costelinha as pessoas que trabalham com o tráfico possuem algumas ordens, como: não podem consumir drogas exageradamente – como o consumo de maconha e de cerveja, por exemplo; não podem roubar as pessoas da própria comunidade em que trabalham; e não podem mexer com as mulheres casadas. Relatou também que os bandidos mais velhos da comunidade são pessoas respeitadas no local.

Conforme discorreu Costelinha, hoje não está diretamente envolvido com a organização do crime, apesar de anteriormente já ter trabalho em tempo integral para o tráfico. Porém realiza ainda alguns serviços, como repasse de maconha, crack e cocaína.

Neste sentido disse que na comunidade a droga mais comercializada é a maconha, no valor de R\$ 1 real o pacote. Em seguida vem o crack, no valor de R\$ 5 reais a pedra (muito vendida para os moradores do Bairro). E após a cocaína, no valor de R\$ 8 reais em média. As drogas como êxtase, lança perfume e LSD são consumidas mais por *playboys* (pessoas de classe média/alta). As outras drogas são mais consumidas por pessoas da favela.

Durante o tempo que esteve envolvido diretamente com o crime organizado, Costelinha possuía uma vida sem relações, recorda que [...] *era uma pessoa vazia [...]* *tive que dormir muitas vezes no mato*. Mencionava que era [...] *necessário ter sangue frio para fazer parte do mundo do crime*.

Percebe-se através de seu relato que a questão econômica é um fator relevante para o indivíduo se envolver com o crime organizado. Segundo Costelinha, obtem-se dinheiro no tráfico de forma fácil, como exercer a atividade de vigilância num período de 30 minutos, por exemplo. Observa-se então, que a comercialização do tráfico de drogas, é uma atividade

atrativa para os jovens, devido a este segmento da população ser altamente seduzido pelo consumo, pelo imediatismo.

Em relação à arma, disse que as pessoas envolvidas com o tráfico, e que têm um comprometimento de segurança com as pessoas que moram no seu Bairro, não andam armados à vista da comunidade no dia a dia.

Em contrapartida a esses fatos, e como um meio de fortalecimento, Costelinha possui um guia espiritual, através de um longo colar feito de miçangas pretas e brancas. Explicava que os colares deviam ser benzidos em nome de *Preto Velho e Ana* – considerados como santos, e devotos de grande poder e espiritualidade para ele. Segundo o adolescente os colares feitos de miçangas brancas e pretas faziam parte da “corrente do bem”, e serviam para a proteção contra o crime e balas perdidas. Os colares de miçangas vermelhas e pretas, já faziam parte de uma suposta “corrente do mal”, a qual favorecia a ganância e a fama.

Assim, Costelinha mostrou o colar anteriormente mencionado em que usava envolvido em um dos seus braços, percebendo a pesquisadora da importância e significado do objeto para o adolescente.

No decorrer do Projeto, Costelinha parou de trabalhar integralmente para o tráfico, considerando que os encontros puderam fazer com que refletisse sobre o significado da vida, a realidade que vive, a importância da família, *se não tivesse a oportunidade de participar do Projeto estaria me envolvendo com o tráfico*.

Em relação à vida escolar, estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental. Depois que reprovou pela primeira vez esta série, tentou retornar, mas não chegou a concluir. O adolescente disse que tem dificuldades para a leitura, não consegue se concentrar e muitas vezes não entende um parágrafo do texto. Com isso não demonstrava interesse em retornar os estudos. Durante os encontros do Projeto, passava a maior parte do tempo desenhando, atividade esta que realiza com facilidade e saber. De acordo com a sua avó, gostaria de retornar aos estudos, mas devido à idade tem vergonha de frequentar a sala de aula.

Na época da entrevista disse que estava mais em casa, desenhando e ouvindo música. Não permanecia muito tempo na rua, somente saía para ir à casa de Mano, colega que participava também do Projeto, e é um dos adolescentes caracterizados neste momento do trabalho. Porém, algumas vezes ia até o morro conversar com os colegas que ali residiam e que faziam parte da atividade do tráfico.

No que diz respeito a sua relação com os amigos que trabalham para o tráfico, Costelinha mostrava ser uma pessoa prestativa e colaboradora, como por exemplo quando comentou [...] *não posso deixar de colaborar com os camaradas* [...].

Ainda sobre a questão do relacionamento entre os traficantes, disse que era necessário conhecer três lados: o da sociedade – onde se encontrava todos os tipos de pessoas que consumiam drogas; o da favela – onde se situava o crime, e do playboy - aquele que comprava para consumir e revender a droga, porém este não colaborava com o traficante da favela.

Um dos encaminhamentos tomados em relação ao caso de Costelinha foi realizar uma pesquisa das escolas ou centros, que pudessem oferecer uma bolsa, para a realização de um curso de desenho, já que o adolescente havia mencionado durante a entrevista e nos encontros do Projeto que gostaria de realizar um curso de desenho. Entre três locais pesquisados, um apenas constatou que poderia talvez, conseguir uma bolsa de estudos, tendo para isso que comprovar as condições financeiras do adolescente.

Em decorrência do período final do estágio curricular obrigatório da pesquisadora, todas as informações obtidas sobre o referido caso foram repassadas para a assistente social da unidade de ensino, já que este fato iria demandar tempo para a sua resolução. Porém, até o último dia de estágio, a bolsa de estudo ao adolescente não se tinha obtido.

A dificuldade encontrada, no caso do adolescente, para a realização de encaminhamentos sobre o retorno aos estudos, foi a não existência de locais escolares (políticas públicas educacionais) oferecendo a 5ª série da EJA do Ensino Fundamental, próximo de sua casa. Este fato dificultou a realização de encaminhamentos mais concretos para que Costelinha pudesse efetivamente retornar aos estudos.

No entanto, o adolescente também foi encaminhado ao Centro de Estudos a Distância, mesmo sabendo da dificuldade que poderia ter em conduzir os estudos de maneira autônoma.

PARDO

O adolescente tem 18 anos e mora com a mãe e duas irmãs mais novas em um conjunto de moradias populares, referente a um Projeto de Habitação Popular executado pela Prefeitura de seu município. Antes de viver na atual residência, Pardo e sua família moravam em uma casa de apenas um cômodo, situada em um dos locais mais altos no morro, não tendo acesso à água e a rede de esgoto.

A família do adolescente é natural do oeste do Estado. Seu pai que não vive mais com a família há aproximadamente 10 anos, é de origem indígena, pertencente a uma das tribos que ainda permanece em Xanxerê. É importante ressaltar que Pardo possui um irmão de 17 anos, filho de seus pais, que ao nascer foi entregue a uma família, na época residentes da

cidade de Xanxerê. A criança não pode ser criada pela família de origem, devido às condições sócio-econômicas.

A renda da família resulta no valor de um salário mínimo, obtido através do trabalho informal e autônomo da mãe do adolescente, como catadora de papelão e em serviços de carpintaria. A família recebe também para a contribuição na renda o benefício Bolsa Família, do Programa de Assistência Social do Governo Federal. O adolescente desde criança já trabalhava com a mãe, para colaborar na sobrevivência da família. Na época a bolsa do PACSJ também estava contribuindo para a renda da família.

Em relação aos estudos escolares do adolescente, este concluiu a 8ª série da EJA do Ensino Fundamental, no primeiro semestre de 2005. No segundo semestre do mesmo ano estava sem estudar, pois queria realizar o Ensino Médio Regular, tendo que esperar o início do ano letivo 2006.

Na época o adolescente não queria estudar nas duas unidades de ensino mais próximos de sua casa, pois estava sofrendo ameaças de jovens envolvidos com o tráfico. Devido a isso, sua mãe tinha ido realizar a sua matrícula em outra escola localizada em um Bairro vizinho, um pouco mais distante de sua casa.

Ao chegar no local, sua mãe presenciou alguns jovens que trabalhavam para o tráfico de drogas de uma facção pertencente ao Bairro vizinho onde vive a família. Essa facção estava ameaçando a vida de Pardo e da sua família, devido a conflitos de comercialização de drogas com a facção do seu Bairro. Em nenhum momento o adolescente mencionou ter se envolvido de alguma forma com o tráfico de drogas, apenas comentou que as ameaças estavam acontecendo porque conhecia e tinha contato com alguns membros da facção do tráfico pertencentes ao seu Bairro.

Por este motivo, a família estava decidida em mudar para outra cidade do Estado, até o final do ano de 2005. Através de informações obtidas pela assistente social da unidade de ensino, a família havia se mudado provisoriamente nesse período, para a residência de familiares localizada em uma outra cidade da que estavam. Em decorrência disso também, a mãe de Pardo achou melhor que o filho não se matriculasse em nenhuma unidade de ensino, por motivo de segurança.

A história de vida de Pardo e da família é perpassada por fatos que caracterizam a exclusão social brasileira. Desde a origem da família, as necessidades econômicas, sociais e culturais permeiam o seu cotidiano. No início da adolescência sofreu o preconceito de ser de origem indígena, ao participar de um curso aos 16 anos, para a preparação ao primeiro emprego, quando membros do setor administrativo lhe disseram, que não iria conseguir um

trabalho com o registro de nascimento que possuía da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Por esse motivo e dentre outros, acabou realizando a certidão de nascimento brasileira. Hoje diz aliviado que não possui mais o registro de origem pela FUNAI.

Observa-se que a própria sociedade, na figura do setor administrativo que atendeu Pardo, por exemplo, produziu e reproduziu formas de preconceito e de racismo, quando negou as suas próprias origens e descendências, ao atender Pardo e informando-o que não conseguiria emprego através da sua origem.

Ao falar sobre onde mora, Pardo se mostrava muito angustiado pela ausência de segurança, refletindo no alto índice de violência dentro do próprio Bairro. Com isso, o adolescente não gostava de morar no local, pois os traficantes impunham regras, que lhe tirava a liberdade de ser e agir. Sobre isso relatava que não tinha a liberdade de escolher suas amizades, pois o tráfico era quem comandava tudo.

Na época perguntou-se a Pardo como se sentia em relação a sua vida, com as ameaças de morte, e a falta de segurança no Bairro. Com um tom de voz conformado, disse [...] *um dia toda pessoa vai morrer, por isso sendo mais cedo ou mais tarde, um dia vai acontecer [...] a qualquer momento ali a gente pode morrer [...] por isso, o que mais quero é sair daqui [...]*. O adolescente chegava até a dizer que tinha dias que se trancava no quarto e começava a chorar do medo que tinha de andar pelas ruas, por talvez não acordar mais vivo, de matarem sua família.

Sobre o futuro, procurava não planejar no momento. Portanto, ressaltava que [...] *conforme os dias vêm, vai se vivendo [...] o importante é ficar esperto com o presente [...]*.

PAM

O adolescente tem 19 anos e vive com a mãe, o padrasto e dois irmãos mais novos. É natural do interior de São Paulo e mora com a família em um município da grande Florianópolis, há 11 anos. Mora com o padrasto desde os 2 anos de idade, e possui pouca relação com ele, pois quase não conversam. A renda domiciliar mensal é de R\$ 283 reais, sendo o cargo ocupado pela mãe como auxiliar de serviços gerais.

A família de Pam foi uma entre as famílias que não se realizou a visita domiciliar. O motivo se deu devido, a uma conversa realizada entre o padrasto do adolescente com a assistente social da unidade de ensino, pedindo para que não fossem até a sua residência, pelo fato de Pam estar envolvido com o tráfico de drogas, chegando até já não dormir algumas

noites em casa. A mãe e o padrasto têm conhecimento do envolvimento de Pam com o tráfico, através do próprio adolescente, o qual lhes disse que sabia o que estava fazendo, e por isso não queria que ninguém se envolvesse com a sua vida.

Pam era um adolescente que procurava não falar sobre as suas relações cotidianas. Quando perguntava sobre algo, não olhava no rosto e direcionava-se olhando para cima ou para baixo. Respondia rapidamente, e normalmente de forma sim ou não.

Em relação à escolaridade estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental Regular, sem reprovações. A partir da 6ª série começou a fazer a EJA, parando de estudar na 7ª série no segundo semestre de 2005.

No início do Projeto, Pam esteve bastante ausente, fato este que possibilitou em acreditar que poderia chegar a desistir. De acordo com informações da monitora do Projeto e também moradora na comunidade, o adolescente trabalhava durante a noite como soldado do tráfico.

Assim, pelas manhãs durante o Projeto, quando Pam comparecia seus olhos normalmente estavam inchados, como se não tivesse dormido. Quando a pesquisadora realizava a mediação dos encontros, Pam em vários momentos estava dormindo. E quando isso não acontecia, mostrava-se inquieto na sala, ou seja, conversava e não realizava as atividades que se pedia. Em vários momentos também, devido a essa inquietude, o adolescente pedia para sair da sala.

No que diz respeito ao futuro a pesquisadora perguntou a Pam sobre as suas expectativas e planos. Ao responder, o adolescente olhava para acima e balançava a cabeça, dizendo *nunca pensei no futuro, não sei o que quero*. Perguntou-se novamente se tinha vontade de voltar a estudar. Falava apenas que sim.

Em relação à matrícula escolar para o primeiro semestre 2006, Pam tinha ido a uma unidade de ensino do Bairro, mas as vagas haviam se esgotado, tendo que deixar seu nome na lista de espera. Durante a conversa com o adolescente, a pesquisadora percebeu a dificuldade em se comunicar, quando por exemplo perguntou-se a ele sobre o que mais gostava de fazer, e depois de muita indução, dizendo se gostava de namorar, de assistir TV, de ouvir música, de jogar futebol, Pam mencionou que gostava da última opção.

No que diz respeito ao local onde mora e sua relação com os moradores, Pam relatou diretamente que não participava de gangue, e que conversava com as pessoas que eram envolvidas com o tráfico, porque as conheciam. Falou que estava acostumado de acharem que ele participava de gangues, pelo fato de conversar com pessoas envolvidas, [...] *eu não sou*

envolvido com os caras, acham que só porque ando com eles já estou usando drogas, não uso isso! [...].

É importante considerar, mesmo que Pam não tenha demonstrado motivação em querer conversar e em voltar a estudar, procurou-se incentivá-lo sobre a importância dos estudos para o desenvolvimento do ser humano, tanto a nível pessoal quanto profissional.

DEDE

O adolescente tem 17 anos e mora com os pais adotivos desde os 2 anos e meio de idade. A mãe é dona de casa, o pai é aposentado, mas ainda trabalha como catador de papelão. A renda mensal fixa da família é de aproximadamente R\$ 230 reais, e recebem também o benefício Bolsa Família – referente ao Programa do Governo Federal. O adolescente possui mais três irmãos, filhos biológicos de seus pais adotivos, os quais não moram com os pais, pois todos são casados. Dedé nunca trabalhou, e o principal motivo que o levou a participar do PACSJ foi devido à possibilidade de posteriormente conseguir um emprego.

A família reside no Bairro há dez anos, sendo natural de Campos Novos, Santa Catarina. No entanto Dedé nasceu na cidade de Lages, estado de Santa Catarina. Atualmente, moram a dois anos em um conjunto de condomínios populares, referente a um Projeto de Habitação Popular pela Prefeitura de seu município. Anteriormente viviam numa área de preservação verde, localizada no morro do Bairro.

Quando criança Dedé sofreu diversas formas de violência da sua mãe biológica, tanto física quanto verbal, chegando a ter ameaças de morte. A mãe adotiva de Dedé na época morava próxima a casa da mãe biológica do adolescente, e conhecia a realidade cotidiana de Dedé. Como a mãe biológica do adolescente estava decidida em não querer mais cuidá-lo, a mãe hoje adotiva de Dedé queria pegá-lo para criar. Houve muitos conflitos para a realização da adoção, pois a mãe biológica não aceitava que Dedé ficasse com a mãe atual. O motivo seria devido a problemas pessoais. Porém, o juiz da infância e da juventude possibilitou na época, a guarda a atual mãe do adolescente.

A trajetória escolar de Dedé se sucedeu do pré-escolar até a 5ª série Regular do Ensino Fundamental. Ao repetir esta série passou a estudá-la pela EJA do Ensino Fundamental no período noturno. Nesta época, de acordo com sua mãe, Dedé se envolveu na organização e execução de um assalto com mais dois colegas. Depois deste acontecimento com o filho, a

mãe o retirou da escola, pois os meninos do Bairro e da própria unidade de ensino queriam agredir o adolescente, pela infração cometida.

No entanto, diferentemente do que sua mãe havia falado, Dedé comentou que o motivo que o levou a desistir dos estudos, fora por possuir notas baixas e muitas faltas durante as aulas. Este fato, e além da preguiça - que dizia sentir muita, influenciaram em não continuar os estudos, chegando a desistir no primeiro semestre de 2005.

A mãe lembrava que no dia do assalto, Dedé estava com uma arma dentro do seu quarto, e a mesma havia perguntado assustada de quem era a arma e o que estava fazendo com ela dentro de casa. O adolescente dizia que era de brinquedo, e um amigo havia lhe emprestado para brincar. A mãe de Dedé comentou que ficou desconfiada pela resposta, mas acabou não perguntando mais nada ao filho.

O assalto aconteceu em um salão de cabeleireiros localizado num bairro vizinho. Na noite do acontecimento, antes de sair para a aula, Dedé esperou seu colega, o qual realizou também o assalto, passar em frente da casa combinando para saírem juntos. No final daquela noite, a família foi comunicada para comparecer até o Centro Educacional Regional São Lucas, pois o filho havia sido detido, por realizar um assalto com mais dois adolescentes, à mão armada.

Na época, como Dedé não possuía 18 anos, situação considerada pelo ECA, em seu Art. 104, penalmente inimputável de acordo com as medidas previstas na lei, o adolescente permaneceu no local onde foi preso apenas na madrugada seguinte à noite do assalto, e logo foi absolvido após pagar uma fiança.

Em relação à prática do ato infracional, relatava que ele mais os colegas realizaram o assalto sem pensar. Queriam fazê-lo para ver no que resultava, mas não esperavam que fossem presos, [...] *na hora nem pensei nas conseqüências, nem foi pensado, foi feito pra ver como seria [...]*, comentava.

Dedé ficou sabendo do PACSJ através de dois colegas que estudavam na unidade de ensino onde o mesmo foi realizado. Ao falar do Projeto, o adolescente comentou que gostaria de fazer um curso de computação, e logo relacionou o trabalho com o dinheiro [...] *é bom trabalhar, porque quando precisa de dinheiro já tem [...]*.

Durante o Projeto, o adolescente possuía média freqüência. Nos encontros que a pesquisadora executou, Dedé era pouco participativo; não realizava as tarefas individuais, sendo que as de grupo quase não interagia com os demais colegas, e permanecia na sala grande parte do tempo quieto e distraído. Quando fazia perguntas a ele durante a entrevista, demorava a responder, demonstrando em muitos momentos impaciência por estar ali.

No que diz respeito aos momentos de lazer, Dedé é um adolescente de poucos amigos, gosta de realizar atividades individuais como fazer desenhos em quadrinhos, jogar bola com os amigos. Quando a pesquisadora esteve na casa do adolescente, durante a visita domiciliar, seu pai havia comentado que gostaria de comprar um microcomputador ao filho, pois o mesmo tinha lhe pedido. Então, no dia da entrevista com Dedé, o adolescente contou que o pai já tinha lhe comprado o microcomputador, e que agora ficava mais tempo em casa.

Observa-se que a família, mesmo em condições de vulnerabilidade econômica, procurou adquirir o microcomputador ao filho, como uma forma de contê-lo em casa, e assim terem a segurança que o filho não estaria na rua.

MANO

O adolescente tem 19 anos e mora com os pais, dois irmãos e um sobrinho, sendo este filho de sua irmã mais velha. Antes de morarem no atual Bairro, o qual já estão há três anos, a família vivia em uma comunidade localizada no centro de Florianópolis, Santa Catarina. Nesta comunidade nasceram e foram criados todos os irmãos de Mano, incluindo o mesmo, sendo então o segundo filho mais velho de seus pais.

Os provedores da família são os pais do adolescente, trabalhando a mãe com carteira assinada no setor de serviços gerais de um hospital público na cidade de Florianópolis, como auxiliar de lavanderia; e o pai como jardineiro. Assim, a renda mensal da família é de aproximadamente R\$ 770 reais.

A mudança da família para o atual Bairro foi devido a um desentendimento ocorrido entre alguns moradores do morro vizinho, em que moravam, com o seu filho. Como Mano estava sendo ameaçado de morte, a família resolveu se mudar para outra localidade que não fosse tão próxima da que estavam.

De acordo com a ficha de inscrição realizada para a participação no Projeto, Mano esteve em conflito com a lei, não especificando o ocorrido. Porém, tanto durante a entrevista realizada com a mãe de Mano, quanto com o próprio adolescente, a pesquisadora não pode constatar sobre o “fato”. Nenhum dos entrevistados relataram sobre a prática do ato infracional de Mano, mesmo a pesquisadora conduzindo em alguns momentos para que pudessem comentar sobre o ocorrido ou não.

No que diz respeito à relação do adolescente com a família, Mano possuía uma agradável e estável relação com a mãe e a irmã. Os filhos mais velhos conversavam bastante

entre si, havendo uma forte integração entre eles. A mãe do adolescente falava com o sorriso nos lábios, que Mano era muito bom e querido, e ao mesmo tempo muito quieto dentro de casa, como o pai.

O adolescente havia comentado que não estava pensando em voltar a estudar no momento, que os seus planos estavam pautados em conseguir um emprego, pois queria se casar. Na época Mano havia retornado a namorar.

Em relação aos seus estudos, o adolescente parou de estudar no primeiro semestre de 2005, a 7ª série da EJA do Ensino Fundamental, em uma unidade de ensino do Bairro próximo de sua casa, não chegando a concluir a série. Antes mesmo do semestre terminar, Mano desistiu dos estudos, pois estava com notas baixas, e achou que não teria capacidade para recuperá-las.

Conforme sua mãe, Mano queria voltar a estudar, e que em alguns momentos, quando o adolescente estava em casa na varanda, ficava olhando para a direção da unidade de ensino e dizia que sentia falta de estudar. A mãe procurava conversar com o filho sobre o retorno aos estudos, mas normalmente Mano não se mostrava entusiasmado, chegando até a mudar de assunto com a mãe.

Com respeito à família do adolescente, a pesquisadora comentou com o mesmo que sua mãe tinha sido bastante receptiva em sua casa, ao atendê-la para a entrevista, e como uma forma de descontração, pois o adolescente estava bastante quieto, disse que sua mãe era mais comunicativa que ele. Então riram por este fato, e concordou com a fala da pesquisadora dizendo que a mãe realmente falava mais que ele. Comentou-se também que segundo sua mãe, ele se parecia com o jeito de ser do pai, uma pessoa mais reservada. O adolescente confirmou que se parecia com o jeito do pai.

Em relação às atividades que gostava de realizar, Mano dizia que gostava de jogar futebol, namorar, ouvir reggae e rap, como o grupo Racionais e o cantor MV Bill.

SARA

A adolescente tem 18 anos, é natural do interior do oeste do Estado de Santa Catarina, e mora com os pais no Bairro desde um ano de idade. Possui mais quatro irmãos, sendo três irmãs mais velhas e um irmão mais novo do que ela. No momento apenas o irmão vive com a família. As irmãs não moram mais na mesma residência dos pais, pois todas se casaram. No entanto residem no mesmo Bairro, próximo à casa dos pais.

O pai é aposentado por tempo de firma, e recebe um salário de R\$ 321 reais mensais, sua escolaridade é até a 5ª série do Ensino Fundamental. A mãe cuida dos netos e recebe uma renda por isso. A mãe da adolescente não é alfabetizada. As irmãs estudaram até o Ensino Fundamental, e o irmão estudava em uma unidade de ensino do Bairro.

A família na época morava em uma região de área verde, considerada de risco para moradia. Assim, estavam à espera de uma casa no Bairro, referentes a um dos Projetos de Habitação Popular da Prefeitura de seu município.

Esta família foi uma das que a pesquisadora não realizou a visita domiciliar, devido à violência da organização do tráfico. Na época da visita a residência, uma das facções do Bairro, que comercializavam drogas próximo à casa de Sara, executou um jovem de 19 anos, integrante da própria facção. Devido a isso, as proximidades da residência de Sara não estavam acessíveis na época, principalmente por pessoas que não moravam na comunidade e até mesmo as que residiam na região.

No entanto, mesmo tendo conhecimento do fato acima citado, a pesquisadora e a assistente social da unidade de ensino não desmarcaram a visita domiciliar. Durante o caminho à residência, escutaram um tiro que vinha da região da rua da casa de Sara, logo acima no morro. Ficaram atentas com isso, e até pararam de caminhar para analisar se iriam mesmo subir o morro para a visita. Na parada encontraram no caminho algumas moradoras, as quais não lhes disseram se havia perigo de subirem, como também não perguntaram a elas sobre a questão.

Então, ainda na insistência para a realização da visita domiciliar, continuaram a caminhar e logo em seguida se depararam, descendo o morro, com um senhor e seu neto, moradores da região. A assistente social cumprimentou o senhor e perguntou se havia problemas de subirem.

Assim que ela perguntou, o senhor logo alertou do perigo de estarem subindo, e de até estarem ali naquele momento. Fez sinal para que não falassem alto, e não apontassem com os dedos para cima, na região das casas localizadas no morro, pois ali vivia a maioria dos integrantes do tráfico, e a qualquer momento, talvez, poderiam estar vendo-as. Neste momento desceu um adolescente descalço que aparentava ter uns 15 anos de idade. O mesmo passou pela pesquisadora e pela assistente social olhando-as fixamente. Com isso, o senhor logo mudou de assunto, e pediu para que fossem descendo.

Desse modo, foram caminhando com o morador e seu neto, que foi relatando da realidade da região no momento. A pesquisadora percebeu através da fala do senhor que a organização do tráfico estava tomando proporções cada vez maiores, pois até os próprios

moradores precisavam se identificar quando subiam o morro, apresentando a carteira de identidade. E a noite, os carros precisavam dar sinal com a luz do farol, identificando serem moradores. Foi importante destacar também na fala do senhor, que a comunidade vive a lei do silêncio, pois os moradores procuram não comentar sobre a realidade no Bairro.

Outro aspecto que merece ser considerado seria sobre as linhas telefônicas da região, em que grande parte era rastreada pela organização do tráfico, logo qualquer ligação que fosse realizada da região ou para a região, os traficantes poderiam obter conhecimento sobre o conteúdo abordado.

Assim, como uma forma de segurança, ao chegarem à unidade escolar ligaram para a família dizendo que não tinha sido possível comparecer, pois estavam com atendimento no momento, remarcando a visita para outro dia.

Portanto, no dia da entrevista com Sara foi explicado o motivo da não realização da visita a sua residência. A adolescente comentou e reconheceu sobre a realidade da violência próxima a sua casa.

Sara iniciou a estudar com idade atrasada, pois quando tinha 6 anos não havia escolas próximo a sua casa. Este fato pode ser constatado e analisado por meio da ausência das políticas sociais na infância, um direito reconhecido e garantido pela Constituição Federal de 1988 e pelo ECA, mas não efetivado na realidade cotidiana de Sara. Durante o percurso escolar reprovou a 4ª e 5ª séries, fato este que a levou a realizar a EJA do Ensino Fundamental entre a 6ª e 8ª séries, concluindo no primeiro semestre de 2005.

Na época tinha realizado o pedido de matrícula em uma unidade de ensino do Bairro, mas devido à ausência de vagas para a EJA, Sara estava aguardando para ser chamada e assim realizar efetivamente sua matrícula no Ensino Médio. Percebe-se também aqui, um direito garantido constitucionalmente, no entanto negligenciado pelo Estado.

No que diz respeito ao PACSJ, disse que a bolsa que estava recebendo colaborava em algumas despesas da família, como também nas compras de artigos para ela e o irmão.

Em relação ao Bairro, Sara disse que considerava a comunidade perigosa, pois não havia segurança, principalmente quando começavam a soltar tiros à noite. Já chegou a acordar com barulho de tiroteios próximo a sua casa, e pensou que estava sonhando. Sobre a (in) segurança no Bairro relatava, [...] *os policiais não sobem a noite no morro, pois têm medo, e quando sobem é durante o dia [...]*, ressaltava que [...] *até os próprios moradores têm medo dos traficantes [...]*. Devido a isso, a família quase não saía de casa, evitando em ficarem até muito tempo expostos na área externa a residência.

Assim, a pesquisadora perguntou a adolescente se conhecia o jovem que havia sido morto naqueles dias. Sara disse que sim, e não aparentando constrangimentos comentou que foi reconhecer, a pedido dos pais, o corpo do menino, que estava jogado na rua abaixo de sua casa.

O envolvimento com o tráfico no Bairro não se dava somente entre os adolescentes, havia também o envolvimento entre as adolescentes. Existiam muitas meninas perto da casa de Sara que trabalhavam para o tráfico, e que grande parte era as namoradas dos traficantes. Sobre elas, Sara falava que ficavam agressivas, quando meninas, que não moravam próximo à região, subiam o morro, sendo uma forma de “proteger” a relação com os namorados.

Percebe-se que na região onde vive a adolescente, o tráfico possui um poder de comando. Nesse sentido, perguntou-se a Sara como era para ela viver na localidade, e como as relações eram estabelecidas entre as pessoas envolvidas com o tráfico e as não envolvidas. Dando como exemplo a sua família, comentou que vivia no Bairro há 16 anos, e por isso os traficantes respeitavam seus pais, irmãos e ela mesma.

A adolescente relatou conscientemente os acontecimentos anteriormente citados, que envolvem a questão da violência. Seu tom de voz refletia os fatos sendo caracterizados como “normais”, ou seja, considerados como partes que integram o cotidiano da comunidade.

No que diz respeito ao seu futuro fazia planos em terminar os estudos, para após começar a trabalhar, [...] *quero ter meu próprio dinheiro e minha própria casa [...] e quero ajudar meus pais [...]*, relatava.

BIBITE

A adolescente tem 16 anos e reside no Bairro há 10 anos. Ela e sua família são naturais da cidade de Urubici, Estado de Santa Catarina. Mora com os pais, os quais são os provedores da casa, e 3 irmãos mais novos. A renda familiar é em torno de R\$ 700 reais mensais. A mãe trabalha como diarista e o pai como pedreiro, ambos possuem até as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Bibite foi uma das adolescentes que ficou na lista de espera para participar do Projeto, pois na época possuía somente a certidão de nascimento como documento para a comprovação de sua existência enquanto cidadã. Para participar do Projeto era necessário possuir a carteira de identidade e CPF (cadastro de pessoa física), devido à abertura da conta bancária que os adolescentes precisavam fazer para o recebimento das bolsas.

No momento estava sem estudar, pois havia terminado em julho de 2005 a 8ª série da EJA do Ensino Fundamental, em uma das unidades de ensino do Bairro, próximo de sua casa. Como a adolescente queria fazer o Ensino Médio de forma regular, teve que esperar o início do ano letivo de 2006 para retornar aos estudos.

O Projeto estava sendo positivo para ela, pois gostava da metodologia de trabalho dos encontros, [...] *gosto daquilo que tem objetivo, que dá retorno [...]*, comentava. Avaliava de forma positiva o trabalho em grupo, pois acreditava que com diversas opiniões numa discussão, aprendia-se com maior qualidade. A adolescente ressaltava diversas vezes sobre a eficiência da didática da monitora do projeto, e sua prestatividade com cada integrante do grupo.

A relação com os pais e os irmãos se dá de forma estável, havendo diálogo e afeto entre eles. Considera a mãe a sua melhor amiga, com quem conta todos os segredos. Porém, Bibite possui também muitos colegas, pois valoriza a amizade, procurando se relacionar com todos. [...] *se a pessoa fala comigo e me magoa, eu não vou lá e faço o mesmo [...]* não sou de agredir as pessoas [...], relatava.

A adolescente desde a infância sofre de pelepsia, e para controlá-la precisa de medicação. Ao relatar seu problema de saúde, Bibite disse que esteve próxima da morte, e sentiu medo por isso. No momento seus olhos encheram de lágrimas e ficaram levemente vermelhos. Assim, procura da melhor forma viver a vida, estando ao lado das pessoas que considera muito, principalmente a família.

Quando a pesquisadora perguntou sobre o que achava da questão da violência existente no Bairro, a adolescente ouviu, mas não comentou nada no momento, somente após alguns segundos, relacionou a realidade da violência, justificando a ocorrência dos tiroteios entre as distintas facções, devido à existência dos diversos pontos de drogas na comunidade. Assim, em virtude da concorrência, essas facções se relacionam dessa maneira, gerando a violência, comentou a adolescente.

Em relação as suas atividades de lazer, Bibite disse que gostava muito de escrever poesias, tendo um caderno repleto de versos autorais. Disse ouvir vários ritmos de música, no entanto quanto ao conteúdo, prefere as que lhe trazem algum tipo de mensagem, como uma forma de ensinamento.

No que diz respeito ao futuro queria terminar os estudos do Ensino Médio, para iniciar um curso superior. Durante a entrevista mencionou *quero ser alguém na vida*, pois relembrou a história de vida que os pais tiveram, não querendo repetir as dificuldades econômicas e sociais que eles passaram.

ANGELA

A adolescente tem 16 anos, é natural da cidade de Florianópolis, e vive no Bairro com os pais e mais 5 irmãos desde 1995. Reside também na mesma casa, a esposa de um dos seus irmãos, e um filho do casal. A renda mensal da família é em torno de R\$ 800 reais, sendo os pais da adolescente os provedores. Devido a problemas de saúde sua mãe é aposentada como auxiliar de serviços gerais, pelo município de Florianópolis. O pai trabalha como viajante em uma empresa de jornais.

Angela no primeiro semestre de 2005 concluiu a 8ª série da EJA do Ensino Fundamental em uma das unidades de ensino do Bairro, próximo a sua casa. No entanto, no segundo semestre do mesmo ano, não estava estudando, pois queria realizar o Ensino Médio de forma regular, tendo que esperar até o início do ano letivo de 2006. Na época, sua mãe já havia realizado a sua matrícula, em uma unidade escolar localizada no Estreito, em Florianópolis. Os três irmãos mais velhos da adolescente não concluíram o Ensino Fundamental. Apenas os dois irmãos mais novos de Angela estavam estudando no momento, em uma escola próxima de sua casa.

A relação da adolescente com a família se dá de forma harmônica e positiva. Angela é muito extrovertida e dinâmica, comentava sua mãe. Normalmente está brincando com os irmãos mais velhos como se fosse uma criança, ressaltava ela.

Angela ficou sabendo do Projeto através de uma colega que participava também na época do mesmo. Achou interessante as temáticas que iriam ser trabalhadas, e resolveu se inscrever para participar. Acha importante fazer cursos que prepare a pessoa a fazer algo. Já fez curso de computação, e considera que o mesmo será útil quando começar a trabalhar. Assim, comentava que não gostava de ficar sem fazer nenhuma atividade por muito tempo. Durante o semestre que não estava estudando ficava inquieta, porque não tinha outra atividade a fazer, a não ser somente participar do Projeto.

Em casa a adolescente não comentava muito sobre o Projeto. Em relação à bolsa de estudos, Angela na época gastou em alguns artigos pessoais e o restante compartilhou para com as despesas da casa.

De acordo com a mãe, a adolescente é distraída, fato este que prejudica o seu desenvolvimento nos estudos e conseqüentemente no aprendizado. Com a família Angela relatava que possuía uma relação estável, sem conflitos no sentido de prejudicar o relacionamento entre ela, os irmãos e a mãe. Porém, disse que a mãe estabelecia limites,

chamando a atenção quando necessário. Comentava que a mãe procurava sempre incentivá-la nos estudos, devido ao fato de seus irmãos mais velhos não estarem estudando.

Como foi dito anteriormente, Angela e a família moram no Bairro há 10 anos, por isso a pesquisadora perguntou a ela de que forma percebia a questão da violência na comunidade. Angela mencionou que a violência poderia existir em qualquer lugar, independente onde a pessoa estivesse. No entanto, acreditava que no seu Bairro ocorria um nível alto de incidência da violência, em que as pessoas deveriam tomar cuidado ao andar a noite na rua, [...] *quando saio a noite, não saio por aqui, vou para o Centro da cidade [...] e procuro me cuidar para não chegar tarde em casa a noite*, comentava.

No que diz respeito ao seu futuro iria terminar o Projeto, concluir os estudos e começar a trabalhar. Gostaria também de ser veterinária.

Para finalizar perguntou-se a Angela o que significava cidadania para ela, a adolescente olhou, riu, parou e refletiu. Então disse que participar do Projeto era uma forma de buscar a cidadania, *acho que fazer o curso é buscar ser uma pessoa melhor no futuro, e para mim isso é cidadania*.

A apresentação e breve reflexão dos depoimentos anteriormente mencionados trata-se de uma primeira aproximação realizada com os adolescentes, que se encontravam/encontram em situação de evasão escolar, tendo como base a pesquisa documental. A seguir será apresentada a pesquisa a campo deste trabalho, considerado como um segundo momento realizado junto a esses adolescentes.

OPORTUNIDADE
NA
Vida...
Sempre

Vamos ter muita paz na comunidade

Capítulo 4

A Relação entre a Evasão Escolar e o Ato Infracional

O objetivo geral da pesquisa é identificar a relação entre a evasão escolar e o envolvimento com a prática do ato infracional dos adolescentes participantes do PACSJ, realizado em uma unidade de ensino, da Grande Florianópolis. Neste sentido foram elaboradas questões referentes ao tema abordado, aos adolescentes e aos profissionais da educação, com o intuito de se compreender as diferentes concepções apresentadas pelos sujeitos pesquisados.

Assim, inicia-se sobre o motivo que os adolescentes não estavam estudando no segundo semestre de 2005, período de estágio curricular obrigatório realizado pela pesquisadora e desenvolvimento do PACSJ, e se atualmente encontram-se estudando.

A maioria dos adolescentes entrevistados, sendo quatro deles, no primeiro semestre do mencionado ano havia concluído a oitava série da EJA do Ensino Fundamental. Neste sentido, três adolescentes, como queriam iniciar o Ensino Médio de forma regular, tiveram que esperar o início do ano letivo de 2006, para retornarem aos estudos, como relata Angela, 16 anos:

Eu não estava estudando o ano passado porque eu fiz o supletivo, então como eu rodei na sexta série, eu fiz da sexta a oitava série em um ano e meio. Então eu fiquei meio ano sem estudar, e esse ano estou estudando normal, o ano inteiro, regular.

Já a adolescente Sara, 18 anos, queria iniciar o Ensino Médio de forma não regular, ou seja, pela EJA, no entanto não pode dar continuidade em seus estudos no segundo semestre de 2005, pois de acordo com a LDB, na seção V - referente a EJA, Art. 37, esta modalidade de ensino “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Por isso, para que pudesse se matricular na EJA do Ensino Médio, Sara teria que ter idade a partir de 18 anos, e na época a adolescente não possuía a idade permitida, vindo completar em julho deste ano.

Outro fator que não permitiu a adolescente se matricular para a EJA na época, foi o fato de não estar trabalhando, pois o primeiro inciso do artigo 37 da LDB confere como uma das características do alunado, a condição de estar trabalhando.

Ainda no início das aulas neste ano, a adolescente não estava matriculada, primeiramente por não cumprir as condições da LDB, mencionadas anteriormente, e segundo devido à ausência de vagas. Porém, em junho deste ano Sara começou a trabalhar no período da manhã em uma lanchonete, realizando serviços como garçomete e na preparação de lanches. Este fato possibilitou se matricular para a EJA, no período noturno em um dos colégios próximos de sua casa. A adolescente diz que optou em fazer a EJA, pois quer terminar logo os estudos.

Outros fatores também foram identificados através das falas de dois adolescentes, para justificar o motivo de não estarem estudando na época, como também atualmente; como consumo de drogas, roubo, tráfico, problemas de saúde e mudança de cidade. Estes últimos fatores foram mencionados por Dedé, 17 anos, o qual, porém, não soube dizer claramente o porquê e o tempo de ter parado de estudar, *assim, eu não sei muito bem, acho que parei por doença e daí desisti de estudar [...] acho que foi dois anos atrás [...]*.

Na entrevista realizada com Dedé no ano passado, o adolescente havia comentado outra versão pelo motivo de não estar estudando na época, como consta no capítulo III. Disse que estava mal nas notas, que possuía muitas faltas, e por isso no final do semestre passou a não mais freqüentar as aulas, pois achava que estava reprovado. Havia comentado também que tinha muita preguiça de estudar. Diferentemente desta fala de Dedé, sua mãe havia relatado que o adolescente na época não estava estudando, pelo fato de ter realizado um assalto. Por sofrer ameaças de gangues do Bairro e estudantes da escola que estudava, a mesma não o deixou freqüentar mais a unidade de ensino.

Atualmente, Dedé disse não estar estudando porque se mudou de cidade, retornando há pouco tempo, *[...] eu mudei, daí eu voltei agora. Vou ver se começo a fazer EJA em julho, acho que dá para fazer uma série em julho, e acho que vou começar a estudar.*

Percebe-se que houve três versões distintas sobre o motivo de Dedé não estar estudando na época. Em relação a sua primeira versão e a versão da mãe, apesar de serem ditas em diferentes termos, ambas podem estar interligadas, sendo complementares para a justificativa da desistência dos estudos de Dedé.

No que diz respeito ao momento atual, Dedé não mencionou o porquê de ter se mudado para outra cidade no final do ano passado. Porém, segundo informações da assistente

social, que trabalha na unidade de ensino onde Dedé estudava e que acompanha a realidade de sua família, o adolescente estava em conflitos no Bairro, e pela sua segurança a família o encaminhou para morar em outra cidade.

Em relação aos três primeiros fatores anteriormente citados ainda sobre os motivos dos adolescentes não estarem estudando, Costelinha, 18 anos, disse que na época em que praticava atos infracionais, *não via o lado bom do colégio*. Hoje fala que tem mais consciência, e percebe os estudos como algo positivo. No início da adolescência, quando começou a se envolver com o crime, sofreu uma forte influência dos amigos, relatando essa fase com a *emoção de estar na rua, de dizer que sou bandido, que estou roubando*. Fala que essa realidade faz parte do seu dia a dia, em decorrência de ter colegas que estão inseridos na organização do tráfico, *eu convivo com isso*. No entanto o adolescente comenta que não é envolvido com a organização, e pelo fato de conversar com os colegas envolvidos, as pessoas o pré-julgam que também está traficando.

Os quatro adolescentes que tinham concluído no primeiro semestre de 2005 a oitava série da EJA do Ensino Fundamental, todos durante a aplicação da pesquisa, estavam estudando.

No entanto, na semana seguinte após a aplicação da pesquisa, Pardo, 18 anos, havia desistido dos estudos, pois não se adaptou com a nova escola que estava freqüentando. Durante a entrevista, Pardo foi um dos adolescentes que disse que não gostava de estudar. No momento ele estava estudando não próximo de sua casa, pois devido a ameaças de gangues de bairros vizinhos, não queria estudar nas unidades de ensino do Bairro onde mora. Devido a este fato o adolescente pensou que não iria estudar nesse semestre, pois preferiria trabalhar, mas como não conseguiu emprego, a mãe lhe incentivou a voltar aos estudos.

Os adolescentes Dedé e Costelinha não retornaram aos estudos. Ambos já estiveram em conflito com a lei, sendo que apenas o último verbalizou o envolvimento com atos infracionais, como uma das conseqüências de ter parado com os estudos.

Outra questão trabalhada na pesquisa era se os adolescentes gostavam de estudar. As respostas levantadas pela maioria foram não, apontando razões distintas, como relatou Pardo, que não soube dizer o porquê que preferia trabalhar a estudar, [...] *estudo porque é preciso. Prefiro trabalhar do que estudar*.

Angela disse, [...] *tem matéria que eu gosto, mas é de mim mesma, eu não gosto de estudar*. Relatou também que como está trabalhando, não consegue fazer os deveres de casa, dados em sala de aula. Por isso, a pesquisadora perguntou se irá conseguir passar de série esse ano, e responde, *estou tentando, vou fazer o possível, eu não quero rodar*.

Já Costelinha contextualiza que a escola ensina matemática, física, biologia, português, história, mas que a mesma não mostra de qual forma ou como estar aplicando essas disciplinas no dia a dia. Menciona que é preciso falar nas salas de aulas sobre a realidade da sociedade, *não tenho paciência [...] se mostrassem na escola sobre como a sociedade funciona me interessaria em estudar [...] eles não ensinam o que pode acontecer daqui há cinco, dez anos.*

O adolescente diz que anteriormente não tinha paciência para ler, e que voltou agora a realizar uma leitura que o motivou a fazer. Costelinha está lendo um livro sobre a história da criação do crime organizado até os dias atuais.

As adolescentes Bibite e Sara que disseram que gostavam de estudar, relacionam o motivo para ter um bom emprego e para conhecimento pessoal, como menciona Bibite, por exemplo, *[...] se eu tiver estudo, eu posso conseguir um emprego bom, eu posso ter mais informações, crescer na vida. E se eu não tiver estudos eu não vou ser nada. [...].*

Porém, Dedé respondeu *não muito* em relação ao gosto pelos estudos. Durante a entrevista com o mesmo, a acadêmica percebeu a sua pouca verbalização, fato este que contribuiu para a indução de grande parte das respostas do adolescente, como mostra a seguir:

Você gosta de estudar? Não muito. Tem alguma disciplina que você gosta mais? Tipo Ciências. Você gostava dos professores? Quase todos eram legais. [...] Qual a importância do trabalho para você? Para mim a importância do trabalho é para sobreviver. [silêncio] Mas alguma coisa? Acho que não.

Na pesquisa procurou-se também compreender qual (is) o (s) objetivo (s) dos estudos para o adolescente, constatando aspectos como: ter um bom emprego, aprendizagem e ter uma família.

Percebe-se que os três adolescentes que disseram não ter gosto pelo estudo e o que disse “não muito”, ao responderem essa questão, dois relacionaram-na com o aspecto da aprendizagem, como mostram Pardo, *o objetivo é porque você aprende mais coisas, sempre tem mais para aprender;* e Angela, *eu quero estudar porque é bom, é uma coisa que eu aprendo mais, porque depois eu preciso do estudo.*

Os outros dois adolescentes que disseram “não muito” e não gostar de estudar, consideraram também que o propósito dos estudos é para ter um bom emprego, apesar de ambos não estarem estudando no momento.

Diante deste contexto, a pesquisadora procurou também verificar se os adolescentes recebem estímulos de outras pessoas nos estudos. Todos os adolescentes mencionaram que sim, sendo este incentivo advindo, para a maioria, por parte da família como os pais, as irmãs, a avó, os tios. Este fato pode ser observado através dos relatos de Angela, *Meu pai estimula bastante. Ele fala que é sonho dele ver os filhos formados, de fazer uma faculdade. Então eu estou tentando*; de Sara, *Os meus pais e minhas irmãs me incentivam, principalmente minhas irmãs porque elas não estudaram, e hoje elas dizem para eu não desistir*; de Pardo, [...] *eu estudo porque mais a mãe fala, ela diz que um dia vou precisar dos estudos*; e de Costelinha, *Minha avó, minha mãe, meu pai é claro que eles querem me ver estudando*.

Porém, houve os adolescentes Dedé e Bibite que mencionaram receber além do incentivo da família, estímulos também através da assistente social que trabalha na unidade de ensino em que estudaram anteriormente, e de alguns amigos.

Já Costelinha disse que não recebe incentivo de seus amigos em relação aos estudos, *meus amigos não pensam em estudar*, mas ressalta por outro lado, que os amigos que são envolvidos com o crime, não deixam as crianças da comunidade se envolver de alguma forma com o tráfico. Ao contrário, diz que seus amigos incentivam-nas a irem à escola, pois apesar de fazerem parte do tráfico *eles têm consciência*.

Procurou-se verificar também na pesquisa se os adolescentes acham que precisa estudar para trabalhar, justificando suas respostas. Quatro adolescentes, constituindo-se em sua maioria, acham que *depende* ou *nem sempre*, pois consideram que o estudo é necessário para conseguir um bom emprego, mas que não será a ausência dos estudos que a pessoa ficará sem trabalho, como mostra a fala de Bibite:

[...] Tem gente que não estuda e consegue emprego. Então tem emprego que não depende só de estudo. Se for um pouco inteligente, pensativo, tu consegues um emprego. Eu entendo assim, o estudo é bom para conseguir um emprego melhor, mas isso não quer dizer que você vai ficar sem emprego. [...].

Ou ainda através da fala de Pardo:

[...] eu conheço uma pessoa que tem a 2ª série do primário, e trabalha com carteira assinada, é trabalho duro, mas tem emprego. Eu trabalharia como servente, pois para mim é trabalho igual. Independente do trabalho que eu faça vou trabalhar pelo dinheiro [...].

Os outros dois adolescentes já responderam que sim, ou seja, que precisa estudar para trabalhar, argumentando a questão de formas distintas, como se observa através da fala de Sara que diz que conhece uma pessoa que possui o Ensino Superior, mas que não consegue um emprego, [...] *se com o estudo está difícil, imagina sem.*

E através da fala de Costelinha que mesmo mencionando que precisa dos estudos para trabalhar, questiona o fim desses estudos para com o trabalho, ou seja, que os estudos não estão sendo utilizados efetivamente no trabalho, [...] *tem serviço que precisa dos estudos [...] tem gente que só estuda para trabalhar, mas não consegue aplicar no trabalho o que aprendeu.*

Um outro aspecto que se buscou para conhecimento na pesquisa foi em saber a importância do trabalho para os adolescentes. A maioria respondeu o fator econômico, como não precisar mais depender financeiramente dos outros, ou para a sobrevivência ou ainda para uma estabilidade. Houve somente uma adolescente que respondeu tanto para conhecimento como também para a questão econômica.

Percebe-se que o fator econômico é enfatizado pelos adolescentes nos diversos contextos apresentados a eles, verificando para a maioria, a sua importância e necessidade. Este dado pode ser compreendido pelas formas de relações estabelecidas entre os indivíduos, as quais são decorrentes da conjuntura vigente. Além também que, estes adolescentes constituem-se entre a população de baixa concentração de renda do país, condição esta que os levam a serem/estarem excluídos dos bens e serviços (direitos não reconhecidos) oferecidos na sociedade.

Por fim, outra pergunta que se fez necessária foi de verificar se os adolescentes concordavam que a falta de trabalho formal hoje na sociedade possibilita outras/novas alternativas de trabalho, como por exemplo, o trabalho ilegal/informal do tráfico. Quatro adolescentes responderam que concordavam, abordando nas suas justificativas, a falta de escolaridade, a ausência de políticas públicas na área do emprego, o preconceito; como fatores que colaboram para o desenvolvimento de atividades ilegais, no caso o tráfico.

Pode-se observar através da fala de Bibite que os jovens procuram emprego, mas por não terem escolaridade, ou por já serem ou estiveram envolvidos com a atividade do tráfico, sofrem preconceito e não conseguem trabalho:

[...] eles procuram, mas não é dada essa chance para eles, porque sofrem preconceito por serem do crime. Então eles se revoltam e dizem que irão virar mesmo bandido, porque é a única alternativa que lhe restam. Então a gente fala, a única coisa que você vai ter disso é a cadeia ou a morte. Daí

eles dizem, 'eu não quero nem saber, não importa, só sei que eu vou fazer'. Então é difícil tirar da cabeça deles isso, depois que já está, não dá mais. Eles não estão nem aí para a vida, eles nem têm família, e se têm estão nem aí. Os meninos que são envolvidos com o tráfico, não têm nada a perder, porque o que eles tinham já se foi. Muitas famílias não aceitam mais os filhos dentro de casa, e botam para a rua, daí eles começam a vida para o tráfico [...].

Outra adolescente Sara, menciona sobre a ausência de trabalho aos adolescentes menores de 18 anos, ou seja, àqueles que se encontram em condição de aprendiz. Com isso, não tendo outra alternativa mais concreta e prática, estes adolescentes começam a trabalhar para o tráfico, [...] *conheço colegas, eu até tinha conversado com um desses tempos atrás, mas ele foi embora, que ele tinha ido procurar um emprego, daí eles não deram porque era de menor, ele queria trabalhar, então acaba vendendo droga mesmo.*

No entanto, Angela discordou com a questão, [...] *eu acho que se eles estão no tráfico, é por vontade própria deles, porque se eles procurassem estudar, fazer um curso, eles iriam ganhar mais do que fazer o tráfico.*

Já Costelinha não disse se concordava ou não com a questão, fala que existe trabalho, mas não tem oportunidade, porém questiona que, não adianta ter trabalho, mas viver sem dignidade, não podendo comprar um carro, uma roupa, não ter o que comer dentro de casa, por isso menciona [...] *aquele que não consegue trabalho está na desigualdade social [...]* logo completa, “[...] *os traficantes querem igualdade, querem uma sociedade mais igual, porque se não tem igualdade, não tem irmandade.*

Em um segundo momento, para melhor compreender a realidade da escola, entendida enquanto um espaço de construção da cidadania e logo de emancipação do sujeito, foi necessário entrevistar os profissionais que fazem parte deste contexto social.

Assim foram entrevistadas uma supervisora pedagógica, uma assistente social e uma professora do Ensino Fundamental, que também na época¹⁹ da realização do PACSJ na unidade escolar, exercia a função como monitora²⁰ do mesmo.

É importante considerar que a aproximação entre assistente social e pedagogo nesta unidade de ensino, baseia-se em uma ação interdisciplinar, compreendendo esta modalidade, segundo Santos e Santos [entre 1990 e 2006, p. 2] como uma interação entre “profissionais que dialoguem e compartilhem conteúdos específicos, vivências e experiências, visando à

¹⁹ O PACSJ teve duração de 4 meses, ou seja, foi realizado no período de outubro a dezembro de 2005 e janeiro a fevereiro de 2006.

²⁰ A função exercida pela monitora era de planejar e executar o conteúdo dos encontros com o grupo de adolescentes no Projeto.

formulação coletiva de estratégias de intervenção em determinado contexto, a fim de possibilitar a promoção humana dos sujeitos e a transformação da sociedade”.

A primeira questão abordada foi em relação à concepção de educação para o educador, bem como a metodologia de trabalho por ele utilizado durante os seus atendimentos com os educandos e/ou os usuários, no caso do serviço social. A supervisora pedagógica, respondeu que uma das linhas utilizadas por ela e pelos professores da unidade de ensino, fundamenta-se na teoria sócio-interacionista de Vygotsky, em que segundo ela:

[...] a criança tem que ser autora, não apenas assistir, mas participar, porque é através do fazer que ela vai se apropriar daquele novo conhecimento. Então a gente trabalha muito desenvolver nos planejamentos de uma forma que a criança ela já tenha o seu conhecimento prévio, então através daquela mediação que é a zona de desenvolvimento proximal, ela vai ter um site, ter uma nova informação, a qual vai se acomodar, e criar uma nova informação que vai ser a sua zona potencial. [...].

Além desse autor, comenta que se fundamentam também em Freire e Gadotti, pelo fato de trabalharem com uma educação pública, popular. Na sua intervenção com os pais e a família do educando, procura ao se referir sobre o processo de aprendizagem do aluno, basear-se também na teoria de Piaget, em que conforme Bock (1991, p.74) ao citar o autor, menciona que “existem formas de perceber, compreender e se comportar diante do mundo, próprias de cada faixa etária”, por isso “estudar o desenvolvimento humano significa conhecer as características comuns de uma faixa etária, o que permite reconhecer as individualidades”. Sobre a referida teoria a supervisora pedagógica comenta:

[...] eu sei que hoje em dia essa questão de fases já está ultrapassada, que não tem uma fase determinada para a pessoa aprender com determinadas habilidades, mas têm muitas coisas de Piaget que são aproveitadas, não é toda teoria dele, por essa questão de fases que a gente vai renegar. Ele também teve um olhar que foi bastante significativo e contribuiu bastante para a Psicologia Infantil. [...].

Para a assistente social, a educação é uma ou a única forma de se chegar à transformação. Com a educação a pessoa vai adquirindo conhecimento e tendo uma visão crítica das coisas, aborda ela. Procura ver o indivíduo como um sujeito de direito, capaz de conseguir a sua própria mudança:

Eu procuro ao abordar uma pessoa, deixar ela bem a vontade, principalmente saber ouvir essa pessoa, colocar ela enquanto sujeito de

diálogo, de interação, de envolvimento, para que exista um clima de confiança, de respeito, para poder falar das situações, dos conflitos e para a gente encaminhar e contribuir para a sua promoção, para a resolução dos problemas. [...].

A comunicação entre os sujeitos, baseado em uma relação dialética, na qual o “saber ouvir, e o suscitar a própria fala e a do outro”, são habilidades consideradas fundamentais para o se “fazer sujeito”. Por isso, ficar em silêncio, durante o movimento de troca, pode ser uma atitude desafiadora, mas necessária. De acordo com Santos e Santos [entre 1990 e 2006], ao citar em seu texto Ivani Fazenda (1999) remete que:

[...] este silêncio deve ser ativo, vigiado; ouvido, pensante, entendido como uma nova postura de “olhar”, de perceber nas sonoridades, nos tons das vozes, no silêncio das relações interpessoais, a presença de elementos que auxiliam a compreensão do momento e de como agir (FAZENDA, 1999, apud SANTOS e Santos [entre 1990 e 2006], p. 6-7).

A professora de matemática do Ensino Fundamental, formada em Ciências Contábeis, fala que antes de realizar sua especialização na área de psicopedagogia, possuía uma percepção tradicional sobre educação. Hoje consegue observar uma outra maneira de se fazer educação.

[...] Para conseguir trabalhar com os alunos que considero excluído da escola de alguma forma, ou por problemas de aprendizagem, ou por problemas pessoais ou familiares ou outros, primeiro temos que conquistá-los afetivamente. Sempre procuro diagnosticar os porquês desse aluno. Por que não gosta de estudar, por que não se integra com o grupo, etc. Devemos conhecer esse público, sua realidade e então o resto flui muito bem. [...].

Considerar a bagagem cultural do aluno, ver o que ele traz de conhecimento adquirido, para a partir de então propor uma forma de trabalho é significativo para o resgate do educando e para uma possível transformação. Portanto ela ressalta sobre a importância das,

[...] dinâmicas em grupo, a escolha pelos próprios alunos dos assuntos desenvolvidos, o desenvolvimento dos assuntos através das mais variadas manifestações: desenho, música, oficinas de poesia, jogos cooperativos e muito respeito pelos gostos musicais e sua realidade.

Conforme Freire (1996, p. 68-69), o educador tem ou deveria ter uma habilidade de “aprender a substantividade do objeto aprendido”, ou seja, que o aprender, o qual decorre do

ensinar, seja não somente para a adaptação do ser humano, mas, sobretudo um processo de construção e recriação do conhecimento, para assim se intervir e transformar a realidade.

A questão da família foi abordada pela supervisora pedagógica, como uma das possíveis causadoras para a dificuldade de aprendizagem do educando. Quando a criança apresenta esse fato, os pais em muitos casos não admitem, pois a dificuldade de aprendizagem pode ser tanto uma limitação da criança, como também a estrutura familiar, repercutindo para a intensificação deste problema:

[...] eu vejo que quando tem um problema na escola, tem que ser trabalhado a família, porque aquilo foi construído. [...] as dificuldades, o fracasso escolar e a evasão escolar, pois a evasão escolar advém do fracasso escolar, não pode ser tratado como objeto de estudo, o que a gente tem que transformar como objeto de estudo são as relações dessa criança com o saber [...].

Neste sentido, com o intuito de minimizar ou eliminar o fracasso escolar, que de acordo com Ferraro (1999) pode ser entendido também como o processo de reprovações e repetências, e logo como uma forma de exclusão na escola; faz-se necessário observar todas as possíveis formas de intervenções culturais do educando, com o intuito de gerar novos estímulos e motivações para a aprendizagem. Por isso, além do espaço escolar, é preciso conhecer as relações externas do educando, por exemplo, com a família, com os colegas, pois estes aspectos poderão influenciar na geração da situação do fracasso escolar.

Outra questão que se fez necessária, foi saber qual a relação que a escola deve ter com a comunidade local/externa. Todos os profissionais entrevistados relataram que a escola não tem somente a função de educar o aluno é necessário se ter também um olhar para a família desse aluno, que se encontra inserida na comunidade. Por isso a escola, de acordo com a supervisora pedagógica, possui o papel também de emancipar a comunidade, através da *busca da cidadania, do protagonismo de que todos são capazes, de fazer conhecer os seus direitos e deveres, enfim, de se sentirem sujeitos dessa história.*

A profissional do Serviço Social comenta que anteriormente a unidade de ensino não possuía abertura para a comunidade, preocupava-se em atender somente o aluno. Aos poucos perceberam que era necessário envolver a comunidade. Então as famílias passaram a participar das atividades e dos serviços oferecidos pela unidade de ensino, que até então não existiam no local, como o curso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e os programas e projetos com realizações de palestras, discussões e encontros.

A outra educadora, professora do Ensino Fundamental remete que a escola deve conscientizar toda a comunidade, por meio da incentivação as suas diversas manifestações culturais, e assim acrescento, devido ao fato de se tratar de uma comunidade de imigrantes, com diversas origens sociais e históricas.

Assim, como grande parte dos pais procura o serviço social da unidade escolar para a resolução ou amenização dos problemas do aluno bem como da família, a professora ressalta da importância da escola na comunidade, servindo como um *alicerce sólido que trás a participação de todos à educação da comunidade*.

Perguntou-se também aos educadores se eles acham que o envolvimento com o ato infracional influencia também na evasão escolar dos adolescentes? A supervisora pedagógica e a assistente social contextualizaram essa questão, mencionando que quando um adolescente se envolve com a prática do ato infracional, diversas situações, como variadas formas de violências foram perpassadas por este adolescente, contribuindo para a reprodução da violência sofrida, na forma do ato infracional.

[...] Quando essa criança, esse menino, esse adolescente chega nessa situação de cometer esse ato, muito antes ele sofreu muitas violências de todas as formas, violência simbólica e qualquer outra forma de violência. Então, até ele chegar naquilo ali, muitas outras coisas já aconteceram e que isso é que contribui para ele fazer esse ato, e também para ele se desestimular, deixar de acreditar em si, perder o objetivo de estudar, de ser uma “pessoa do bem”, como eles dizem. Então até isso chegar, teve uma série de coisas. [...] (Supervisora Pedagógica).

Para se chegar ao envolvimento com a prática do ato infracional, de acordo com a assistente social, este fato inicia-se desde a infância, sendo um processo construído devido às influências da família e da sociedade, *[...] o adolescente que está praticando o ato infracional, algum motivo levou ele a chegar a esse ponto, e geralmente a gente vê que a família está por trás, alguma história de rejeição, ou de fuga, sempre tem algo por trás*.

O ato infracional como a evasão escolar são considerados pela supervisora pedagógica não como a causa do problema, mas sim como a consequência de algo que já aconteceu anteriormente, e que deve ser constatado para uma possível resolução ou amenização do problema. E conclui que ambos, tanto o ato infracional quanto à evasão escolar, acontecem concomitantemente, *não é um que influencia o outro, os dois são consequências de outras ações*.

Um dado importante que merece também ser analisado foi quando a supervisora pedagógica abordou que, quando o adolescente chega ao estado da prática do ato infracional,

após todos os *processos de discriminação e exclusão sofridos* – estes mencionados pela professora do Ensino Fundamental – o mesmo já se percebe em um caminho distinto ao da escola, como se não tivesse o *sentimento de pertença*.

Assim, dando continuidade a essa reflexão, a profissional do serviço social coloca que o adolescente que se envolve com a prática do ato infracional, desmotiva-se dos estudos, pois seus interesses são outros. Diz que em sua maioria, estes adolescentes acabam se envolvendo com o consumo de drogas, o que prejudica no processo de aprendizagem, colaborando também para evasão escolar.

Já de acordo com a professora do Ensino Fundamental, muitos adolescentes que se envolvem com a atividade do tráfico, acabam desistindo dos estudos, devido às pressões/ameaças das pessoas envolvidas com a organização do crime, [...] *tive alunos que tiveram que desistir de estudar e sair da cidade para tentar fugir do erro novamente*.

Outra percepção muito significativa foi mencionada pela assistente social, em que os “rótulos” e/ou estereótipos dados aos adolescentes que praticam atos infracionais, acabam contribuindo também para a evasão escolar, [...] *isso desmotiva esse adolescente, e com certeza influencia para a evasão, porque ele não vê mais pessoas que apostem nele, e ele acha que acabou mesmo, que não tem mais chance, que tem que ir por esse caminho mesmo*.

Nesse sentido, a última questão elaborada para a pesquisa com os educadores foi de verificar se quando um adolescente se envolve com a prática do ato infracional, a escola considerada enquanto um espaço de construção da cidadania pode ter falhado nesse sentido e contribuído também para que este fato ocorresse?

No olhar da supervisora pedagógica, a escola por mais que ela tenha a consciência, a função social de educar para a emancipação e protagonismo, neste espaço há a realização de variadas formas de violência.

[...] a escola ao mesmo tempo em que ela está para acolher e tentar fazer a transformação social, ao mesmo tempo ela também é fruto dessa sociedade. Então ela também é composta por pessoas, que também tiveram uma educação num paradigma anterior, que é um paradigma redutor, cartesiano, linear, que não tem ainda essa visão da multidisciplinaridade, que todos nós somos agentes, que o que acontece aqui interfere lá. Então são pessoas que vem com essa fragmentação.

Assim, percebe-se que grande parte das formas de violência reproduzidas no âmbito escolar pode perpassar pela ética e formação do educador, em que na ausência de uma

fundamentação teórica qualificada, acaba gerando e reproduzindo formas de violência, a qual contribui para um possível envolvimento do adolescente com a prática de atos infracionais.

As expressões da questão social existente hoje na sociedade, como a violência e o desemprego, são argumentadas pela supervisora pedagógica, como uma consequência não apenas da ausência da educação, mas sim de uma decorrência da conjuntura política, econômica, social do país, [...] *não é só a escola que vai dar conta de tudo isso, faltam políticas públicas, faltam muitas coisas. [...]*.

Em virtude disso, comenta que a escola realiza projetos semanais com as crianças e os adolescentes, no entanto acredita ser uma ação paliativa, sem poder de mudar uma determinada realidade.

[...] precisaria que os projetos fossem todos os dias, que tivesse aquela oficina que aluno participasse daquele grupo, mas que fosse uma coisa mais amíúde, porque aí resgataria esse aluno de uma forma que repercutiria na educação formal. Então hoje a gente faz, mas é uma hora por semana, isso é muito pouco para um jovem que não tem limites, que precisa ser resgatado, ser construído, tudo isso nele não é uma hora que vai fazer diferença nele. [...].

Para a professora do Ensino Fundamental, a escola possui suas falhas, sendo decorrente da ausência de políticas públicas na área. Assim, menciona que *a escola não pode levar a culpa de tudo [...] acho que ela é tão vítima quanto todos*. Por isso comenta:

[...] A massificação no ensino público, a falta de políticas públicas para a recuperação desses adolescentes, a má interpretação do ECA, que se percebe que aumentou o ato violento por menores, a precariedade social e o tráfico de drogas são só alguns fatores falhos que impedem essa tão almejada cidadania.

Na percepção da assistente social tanto a escola, na figura dos profissionais, quanto à família falham para com a educação do adolescente. No entanto, ao relatar isso, a pesquisadora percebe uma limitação da profissional por não contextualizar e inserir essa problemática em um âmbito maior, de que todos os sujeitos por ela abordados fazem parte de uma totalidade complexa, que tem como base um sistema capitalista, o qual se traduz em um sistema político-econômico excludente.

[...] É uma situação bem difícil, mas cada um tem a sua parcela de contribuição. Por que se a gente se perguntar, o que eu fiz para que isso não acontecesse, enquanto professora, enquanto assistente social? Eu acho que pelo menos nós temos que fazer a nossa parte, claro que a gente não vai salvar o mundo, tem situações bem difíceis, têm jovens que a gente tenta, encaminha, orienta, e eles continuam. Eu acho que, o que não dá é para não tentar, e nunca dizer não vale mais a pena, eu desisto. A gente tem sempre que persistindo e acreditando. É claro que chega um ponto que o próprio jovem ou a família acabam tomando rumo, fica difícil a gente fazer alguma coisa, porque tem que ter uma contribuição de todos, da família, da escola, do jovem. Mas quando a própria família não colabora, o próprio jovem não quer essa ajuda, aí fica mais difícil.[...].

Assim, mesmo o assistente social sendo um dos profissionais que lida com a área social, e por isso conhece a realidade e as suas dimensões, percebe-se ainda que a análise do micro é muito presente em suas ações, impossibilitando se compreender o adolescente em sua totalidade, ou seja, considerando a “sua integridade, suas potencialidades e seus direitos”, aspectos estes mencionados por Araújo e Stave (2002).

No entanto, a assistente social demonstra que a ação profissional possui seus limites e possibilidades, que os seus resultados nem sempre são satisfatórios, fato este que não pode gerar desânimo e descrédito do fazer da profissão. Estes aspectos são também abordados por Araújo e Stave (2002) que ao se remeterem sobre a ação profissional, também contextualizam que a sua concretização “depende da vontade e da conscientização do outro (usuário, poder público, privado e outros profissionais) que muitas vezes ‘deixam a desejar’” (ARAÚJO, STAVE, 2002, p. 59).

A realização de propostas de trabalho criativas é um dos desafios que o assistente social encontra na realidade cotidiana da profissão. Por isso, desenvolver a capacidade de decifrar a realidade é tomar um importante e significativo passo para o início da transformação. Como lembra Iamamoto (1998, p. 20), situar o Serviço Social na sociedade contemporânea:

[...] é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. [...] como condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação.

Considerações Finais

O presente trabalho de conclusão de curso procurou através dos estudos realizados, bem como nas leituras adquiridas ao longo da graduação, compreender a questão da evasão escolar por adolescentes, destacando aqueles que se encontravam e/ou se encontram envolvidos com a prática do ato infracional.

Esta análise tornou-se um desafio, principalmente por abordar a categoria educação, a qual não se encontra inserida na grade curricular do curso da universidade, ponto este significativo para reflexão, já que a referida categoria complementa a ação profissional.

É importante considerar também quanto aos estudos realizados a campo, sobre a dimensão que se encontra a violência urbana na realidade cotidiana dos adolescentes e suas famílias pesquisadas. Este fato fez constatar, durante a prática enquanto estagiária do serviço social, das limitações de leitura e análise deste complexo e dinâmico contexto em que se insere a violência urbana, sendo este aspecto decorrente de uma não formação e preparação proporcionada pela academia.

Através do objetivo geral da pesquisa que foi identificar a relação entre a evasão escolar e o envolvimento com a prática do ato infracional dos adolescentes participantes do PACSJ, realizado em uma unidade de ensino de um município da Grande Florianópolis, pode-se colher vários dados relacionados com os objetivos específicos do trabalho.

Verificar a influência do envolvimento com o ato infracional na escolarização dos adolescentes participantes do PACSJ, é necessário primeiramente compreender essas duas variáveis como sendo parte de um contexto complexo e dinâmico, o qual tem como base o sistema capitalista. A evasão escolar e a prática do ato infracional devem ser consideradas como resultantes de múltiplas relações presentes na conjuntura, observando desde o contexto intra/extra-familiar quanto ao intra/extra-escolar do adolescente, bem como a relação do Estado com este adolescente.

A escola é considerada na vida da criança e do adolescente, como uma forte referência quanto ao papel de educar, pelo fato deste público passar um significativo período do seu dia no espaço escolar. No entanto, não é somente ela que exerce essa função, pois a criança e o adolescente podem estabelecer diversas relações, sofrendo influências da família, da rua e de outros espaços sociais, os quais podem contribuir ou não para o seu desenvolvimento.

Nas falas dos adolescentes foi constatadas formas de violências sofridas durante a infância, como rejeição, agressão física e verbal dos pais; trabalho infantil; e a rua como um espaço de aprendizagem enquanto criança, onde se aprendeu a roubar e a consumir drogas, por exemplo.

Entende-se que a evasão escolar e a prática do ato infracional devem, portanto, serem analisadas em sua totalidade, e não de forma isolada do contexto em que se encontram inseridas, podendo ambas se suceder concomitantemente, bem como uma sofrer influência sobre a outra e vice-versa. O adolescente quando se envolve com a prática do ato infracional, anteriormente a isso, diversas formas de violência perpassaram a sua vida, podendo ter sido no âmbito familiar, no espaço escolar, ou nas demais relações sociais estabelecidas, e/ou principalmente na ausência da garantia cotidiana dos direitos desse adolescente, por parte do Estado.

É importante também considerar que mesmo o adolescente sofrendo violações no espaço intrafamiliar, esta não produz e reproduz somente a violência por si só, a mesma também é reflexo de um sistema vigente.

Assim, podem ser também compreendidas as formas de violência contidas no âmbito escolares. A unidade de ensino é composta por pessoas, no caso os educadores, que em sua maioria, ainda possuem uma formação fragmentada, ou seja, que não vêem o educando em sua integralidade, com suas necessidades, potencialidades e seus direitos. Por isso, ao desconsiderar esses aspectos, o educador anula o educando em todos os seus sentidos, produzindo então formas de violência, que por fim podem ser reproduzidas pelo educando/adolescente na forma do ato infracional.

Outra dificuldade que se encontra nos espaços escolares, e que contribui para o não desenvolvimento de uma educação integral é a ineficiência dos recursos públicos, principalmente na área. Os projetos semanais realizados nas unidades de ensino, paralelos a educação formal, são considerados ineficientes para se mudar uma realidade. Trata-se de uma ação paliativa e restrita, com pouco poder de mudança. O que se busca são projetos que funcionem diariamente, com o intuito de manter a criança e o adolescente de forma integral na escola, ocupando seu tempo com várias alternativas de conhecimento e construção, para tanto se necessita de recursos e investimentos do Estado.

Assim, compreender a questão da evasão escolar e do envolvimento com a prática do ato infracional como formas decorrentes de uma análise conjuntural, remete-se a buscar ações que ultrapasse o campo do imediatismo. É necessário ações concretas, as quais sejam

construídas na relação entre sociedade civil e Estado, com o intuito de se buscar e alcançar uma possível mudança e transformação.

Na unidade de ensino, onde trabalham os profissionais da educação, sujeitos da pesquisa, procuram desenvolver em suas metodologias de trabalho a linha filosófica de Freire, bem como a teoria de Vygotsky. Neste espaço os educadores procuram considerar a criança e o adolescente como autores, participantes do seu processo de construção, e não somente ouvintes e observadores.

O Serviço Social busca através do atendimento não somente realizado com os educandos, mas também com as famílias, estabelecer uma relação de diálogo, de interação, de confiança. A assistente social procura ver o usuário como sujeito de direito, capaz de conseguir a sua própria mudança. Outro dado importante a ser analisado é a aproximação que a escola estabelece com as famílias dos educandos, através de reuniões e projetos, entendendo este fato como uma forma de considerar o educando em sua totalidade.

Então, observa-se que a escola, ao mesmo tempo em que ela acolhe e busca realizar uma transformação social, a mesma produz e reproduz a violência, como um círculo vicioso. Através das falas dos adolescentes, pôde-se constatar que a maioria não gosta de estudar, justificando que “prefere trabalhar a estudar; que é algo pessoal; por preguiça; e por não ter paciência, pois acha que a escola não ensina como a sociedade funciona, o que deveria”. Por meio desses dados, e com base nas leituras teóricas realizadas, pôde-se verificar então que a escola falha e perde, quando não consegue motivar esses alunos a ter gosto pelo saber, pela cultura, condição esta que os levam ao bem-estar.

O fator econômico foi ressaltado pelos adolescentes nos diversos contextos apresentados a eles, verificando para a maioria, a sua importância e necessidade. É importante considerar que estes adolescentes constituem-se entre a população de baixa concentração de renda do país, condição esta que os levam a serem/estarem desprovidos de grande parte ou de todos os bens e serviços (direitos não reconhecidos) oferecidos na sociedade.

A maioria dos adolescentes entrevistados recebe incentivos da família para com os estudos. No entanto, para que este objetivo específico da pesquisa fosse realmente alcançado, ou seja, de analisar efetivamente a contribuição da família na escolarização dos adolescentes, seria necessário além da verbalização dos mesmos, neste momento constatado, procurar conhecer também a realidade cotidiana dos adolescentes e suas famílias, para assim verificar as relações estabelecidas entre os mesmos.

Portanto, observa-se que o tema pesquisado trata-se de uma realidade complexa e dinâmica, que sofre inúmeros possíveis fatores de interferência para análises e reflexões.

Nesse sentido, com o intuito de se obter dados coerentes e efetivos para uma maior compreensão do tema e intervenção profissional, faz-se necessário extensos e esmiuçados estudos referente ao tema abordado e seus aspectos relacionados, contribuindo de forma significativa para a permanente luta na efetivação cotidiana dos direitos violados de crianças e adolescentes.

Referências

ARAÚJO, Adriana Neves de; STAVE, Ana Maria M. M. **As representações sociais dos meninos e meninas em situação de rua da Praça Salim Farah Maluf**. 2002. 67 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade de Santo Amaro. São Paulo, 2002.

AROEIRA – **Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis**. Entidade Âncora: Centro Cultural Escrava Anastásia. Florianópolis/SC. 2005. Disponível em <http://www.aoeirafloripa.org.br>. Acesso em 13 de maio de 2006.

BEZERRA, Maria Jacobina da Cruz et al. Participação na escola: desafio, articulação, um espaço como direito a ser construído. In: **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania, 23 a 26 de agosto, São Luís. 2005.

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Teixeira. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva. 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. LEI N. 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

_____. LEI N. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em 7 de junho de 2006, às 23h 34 min.

_____. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** – Censo Escolar. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 7 de junho de 2006, às 22h 27min.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; e colaboradores. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

FERRARO, Alceu Ravello. Diagnóstico da escolarização no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n 12, p. 1-26, set/out/nov/dez de 1999. Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em 24 de junho de 2006, às 16h 59min.

FERREIRA, Maria D'alva Macedo. **Juventude, violência e políticas públicas: entre o direito e a (in) justiça institucionalizada**. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A formação e a profissionalização do educador: novos desafios.** In: SILVA, Tomaz Tadeu Da; GENTILLI, Pablo (Orgs.). **Escola S. A: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília, 1996. p. 75-105.
- GALLO, Zeli M. C. **O código de ética profissional do assistente social comentado.** Alto Uruguai e das Missões. Ed: URI, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **A prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processos de trabalho.** O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
- JUVENTUDE, Exclusão e Educação. Artigo disponível em: <http://www.ambep.org>. Acesso em 21 de junho de 2006.
- KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual.** São Paulo: EPU/ Edusp, 1979.
- MAISTRO, Maria Aparecida. **As relações creche – famílias: um estudo de caso.** 1997. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em <http://www.mte.gov.br/FuturoTrabalhador/PrimeiroEmprego/>. Acesso em 13 de maio de 2006.
- _____. Ficha Cadastral do Jovem Ingressante no Programa Primeiro Emprego. 2005.
- PEREIRA, Andréia Soares. **A influência do trabalho infanto-juvenil na escolaridade de crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.** 2005. 85 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- RAMOS, Daiana. **Cidadania, Educação e Família: um estudo sobre a importância do Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé.** 2004. 90 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- RICHARDSON, Robert Jarry e colaboradores. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SACRISTÁN, José Gimeno. Reformas Educacionais: utopia, retórica e prática. In: SILVA, Tomaz Tadeu Da; GENTILLI, Pablo (Org.). **Escola S. A: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília, 1996. p. 50-74.
- SANTOS, Eneiede O’Dwyer; SANTOS, Cíntia Maria Seibert. **Assistente social e pedagogo: uma aproximação necessária.** [entre 1990 e 2006].

SILVA, Fernanda Lia da. **Violência na escola: Um reflexo da violência social e urbana.** Uma experiência realizada no Colégio Marista e Municipal São José. 2004. 103 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA, Keila Regina da; COUTINHO, Mariana Garcez; COSTA, Thaís P. Souza da. **Estudo Social.** Processo de Trabalho em Serviço Social, Família e Segmentos Sociais Vulneráveis – DSS5168. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. 2004.

SILVA, Keila Regina da. **Plano de Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado.** Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

_____. **Relatório de Intervenção do Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado.** Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PARO, Vitor Henrique. A escola: educação, cultura e desporto para a inclusão social. In: **Uma escola para a Inclusão Social.** Coletânea de textos da II Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Brasília, 2003. p.29-31.

ZAIDAN, Samira. Reformas educacionais e formação de professores no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO APLICADO AOS ADOLESCENTES

Dia: _____

Horário: _____

Número da entrevista: _____

Nome do(a) entrevistado(a): _____

QUESTÕES:

1-Por que você não está ou estava estudando no momento?

2-Você gosta de estudar? Por quê?

3-Qual (is) o (s) objetivo (s) dos estudos para você?

4-Há alguma pessoa que lhe estimulou ou lhe incentiva nos estudos? Quem?

5-Você acha que precisa estudar para trabalhar? Por quê?

6-Qual a importância do trabalho para você?

7-A questão financeira no seu dia-a-dia é muito importante, é a que tem mais peso?

8-O trabalho hoje em dia com carteira assinada, com salário digno que garanta a estabilidade do indivíduo está escasso. Você concorda que a falta de trabalho formal na sociedade proporciona outras/novas alternativas de trabalho, como por exemplo, o trabalho ilegal, informal do tráfico?

APÊNDICE B - FORMULÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Dia: _____

Horário: _____

Número da entrevista: _____

Nome da entrevistada: _____

Profissão: _____

QUESTÕES:

1- Qual a sua percepção sobre a educação? Qual a metodologia de trabalho abordada por você na escola, durante os atendimentos realizados aos alunos?

2- A escola presta serviços à comunidade local? Você enquanto profissional da educação, qual a relação que a escola deve ter com a comunidade externa?

3- Você acha que o envolvimento com o ato infracional influencia também na evasão escolar dos adolescentes?

4- Quando um adolescente se envolve com a prática do ato infracional, a escola enquanto um espaço de construção da cidadania pode ter falhado nesse sentido e contribuído também para que este fato ocorresse?